

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	9
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	22
5.5 - Alterações significativas	29
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	30

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	31
10.2 - Resultado operacional e financeiro	59
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	62
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	63
10.5 - Políticas contábeis críticas	66
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	69
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	70
10.8 - Plano de Negócios	71
10.9 - Outros fatores com influência relevante	73

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### ***a. política formalizada de gerenciamento de riscos***

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2021, os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram pela aprovação da nossa política de gerenciamento de riscos, conforme aditada em reunião realizada em 25 de março de 2021 ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar ou mitigar os riscos aos quais estamos expostos.

A aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos é monitorada semestralmente pelo Conselho de Administração, pelos seus Comitês de Gestão de Riscos e de Auditoria e, regularmente, pela Diretoria.

O inteiro teor de nossa Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessado no nosso site de relações com investidores ([ri.3tentos.com.br](http://ri.3tentos.com.br)), no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

### ***b. objetos e estratégias da política de gerenciamento de riscos***

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo (i) proteger nossa solvência e os nossos resultados a longo prazo através do processo de identificar, mensurar e de tratar riscos aos quais estamos expostos no exercício de nossas atividades; e (ii) assegurar a adequação, fortalecimento, eficiência e integridade do nosso sistema de controles internos ("Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de reduzir a probabilidade de incidência de tais riscos e seus impactos de perdas, com a consequente criação de valor e preservação da longevidade dos nossos negócios.

#### ***i. riscos para os quais se busca proteção***

Buscamos proteção para os riscos que podem causar impactos negativos para nós, sendo os principais riscos classificados da seguinte forma:

**Riscos Estratégicos:** são os riscos oriundos da implementação de uma estratégia malsucedida ou ineficaz que deixe de alcançar os retornos pretendidos. Também são classificados como riscos estratégicos os que podem ocasionar impacto negativo na nossa receita ou no nosso capital, em consequência de planejamento falho ou de mudanças no ambiente de negócios, alheios à nossa vontade. Incluem riscos de continuidade de negócio, mudanças de políticas governamentais que afetem nossos negócios, entre outros.

**Riscos Operacionais:** são aqueles que envolvem a operação, pessoas chave, sistemas de informação, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos que podem implicar perdas financeiras, danos de reputação e imagem e declínio do nosso resultado. Dentre eles, podemos citar: inviabilidade do produto, não aderência do produto ao consumidor, clientes e mercado (baixo volume de vendas, perdas para concorrência, preço não condizente, produto ou serviço não compatíveis e momento indevido de lançamento), dentre outros.

**Riscos Financeiros:** são aqueles decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação,

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

investimentos financeiros, dentre outros. Dentre eles, podemos citar: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

**Riscos Jurídicos:** são aqueles que podem surgir em decorrência de processos nos quais estamos no polo passivo ou ativo, por descumprimento de obrigações aplicáveis ao negócio, por contratações de terceiros sem análise jurídica, perdas financeiras decorrentes de reclamações trabalhistas movidas por colaboradores e prestadores de serviços, dentre outros.

**Riscos Socioambientais:** são aqueles relacionados à possibilidade de incorrer em perdas advindas de efeitos negativos no meio-ambiente e/ou na sociedade decorrentes de impacto ambiental, em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

**Riscos de Imagem:** são aqueles decorrentes da eventual possibilidade de termos nosso nome, marca e/ou credibilidade desgastados no mercado ou perante autoridades em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

**Riscos Regulatórios:** são aqueles que decorrem do atraso ou dificuldade na obtenção de licenças ou permissões regulatórias, ou ainda, do não cumprimento das normas regulatórias e dos limites definidos pela legislação.

Os riscos são classificados através de critérios de impacto e probabilidade, definidos em metodologia própria. Essa classificação permite a priorização do tratamento dos riscos e implementação de controles sendo que os riscos classificados como graves devem ser tratados prioritariamente e os médios e baixos na proporção de suas exposições.

### ***ii. instrumentos utilizados para a proteção***

Identificamos e tratamos os riscos aos quais estamos expostos com o intuito de mitigá-los e mantê-los em um nível aceitável, típico de atividade empresarial e intrínseco aos nossos negócios.

O principal instrumento utilizado no processo de Gerenciamento de Riscos é a "Matriz de Risco", ferramenta por meio da qual se busca indicar graficamente, os riscos: (i) de baixa probabilidade e baixo impacto; (ii) de baixa probabilidade e alto impacto; (iii) de alta probabilidade e baixo impacto; e, por fim, (iv) de alta probabilidade e alto impacto, auxiliando nos processos decisórios e na definição do nosso apetite a risco. Com base no monitoramento da Matriz de Risco, buscamos implementar nossos procedimentos internos de gerenciamento de riscos, com o intuito de minimizar os seus efeitos e assegurar o cumprimento de nossos fundamentos corporativos, princípios e valores empresariais.

Além da Matriz de Risco, são utilizados mecanismos de comunicação, treinamento, monitoramento, auditoria, testes de conformidade, canal de denúncias, dentre outros, com o intuito de nos proteger e também nossos colaboradores de riscos identificados durante o processo de Gerenciamento de Riscos. Detalhes sobre procedimentos e mecanismos aplicáveis à identificação e tratamento de riscos estão previstos no item (iii) a seguir e no item 5.3 deste Formulário de Referência.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Também possuímos códigos e políticas internas que recomendam e estabelecem procedimentos e condutas que devem ser observados por nossos administradores, colaboradores, consultores e terceiros com os quais mantemos relacionamento comercial com o intuito de minimizar nossa exposição aos riscos previstos no item (i) acima.

### **iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

Durante o processo de Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, a Diretoria, a área de riscos e *compliance* e a área de auditoria interna possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme competências abaixo estabelecidas. As funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos não poderão ser acumuladas com as atividades operacionais, nos termos da regulamentação aplicável. Outros comitês de assessoramento estatutários ou não- poderão ser criados com o objetivo de contribuir para o aprimoramento e eficiência dos mecanismos e procedimentos de Gerenciamento de Riscos.

Compete ao nosso Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

- i. aprovar Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras;
- ii. estabelecer as diretrizes gerais das estratégias de Gerenciamento de Riscos;
- iii. avaliar e aprovar a Matriz de Riscos;
- iv. acompanhar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de Gerenciamento de Riscos, dando apoio em caso de necessidade aos respectivos comitês que integram as atividades de Gerenciamento de Riscos;
- v. assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional, aprovando seu orçamento próprio destinado a cobrir suas despesas de funcionamento;
- vi. supervisionar as atividades do processo de gerenciamento de riscos executadas por nós;
- vii. receber por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da auditoria interna promovidos no âmbito do processo de Gerenciamento de Riscos;
- viii. avaliar a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de Gerenciamento de Riscos; sendo certo que deverá avaliar, ao menos anualmente, a área de auditoria interna para verificar se a estrutura e orçamento empregados são suficientes para o desempenho de suas funções;
- ix. definir o nosso apetite a riscos;
- x. acompanhar a evolução do Gerenciamento de Riscos por meio do nosso enquadramento aos

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

limites estabelecidos;

- xi. monitorar o Comitê de Auditoria, bem como quaisquer outros Comitês de Assessoramento, caso existentes, e definir as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, casos tais Comitês não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema; e
- xii. praticar quaisquer outros atos e tomar quaisquer outras medidas relacionadas às competências listadas acima e necessárias ao fiel cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.

O nosso Conselho de Administração foi criado em 19 de fevereiro de 2021 e está em pleno funcionamento desde tal data.

Compete à nossa Diretoria, dentre outras atribuições:

- i. implementar as nossas estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração;
- ii. executar a Política de Gerenciamento de Riscos e, sempre que necessário, propor ao Conselho de Administração eventuais necessidades de revisão; e
- iii. identificar Riscos preventivamente e fazer sua respectiva gestão, avaliando probabilidade de sua ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e/ou mitigação.

Compete ao nosso Comitê de Auditoria, dentre outras atribuições:

- i. avaliar e monitorar nossa exposição aos riscos;
- ii. supervisionar as atividades das nossas Áreas Financeira, Controladoria e Contábil;
- iii. acompanhar as atividades da auditoria interna e da nossa área de riscos e *compliance*;
- iv. avaliar a efetividade do nosso modelo de Gerenciamento de Riscos e sugerir soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, apontando as causas e responsabilidades;
- v. reportar ao Conselho de Administração e recomendar a revisão ou a implementação de alterações, prioridades e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos, e nos nossos processos internos de Gerenciamento de Riscos;
- vi. assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao Gerenciamento de Riscos;
- vii. avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração; e

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- viii. praticar quaisquer outros atos e tomar quaisquer outras medidas relacionadas às competências listadas acima e necessárias ao fiel cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.

Informamos que na data deste Formulário de Referência, a nossa Diretoria está em pleno funcionamento.

Compete à nossa área de riscos e *compliance*, dentre outras atribuições:

- i. consolidar a nossa avaliação de riscos, por meio da elaboração de relatórios periódicos, e reportá-los ao Comitê de Auditoria;
- ii. elaborar processos a serem utilizados na gestão de riscos;
- iii. identificar Riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e mitigação junto ao Comitê de Auditoria; e
- iv. conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de Riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.

A nossa área de riscos e *compliance* foi criada em 19 de fevereiro de 2021 e está em pleno funcionamento desde tal data e seus integrantes não acumulam suas funções com qualquer tipo de atividade operacional da nossa Companhia.

Compete à nossa área de auditoria interna, dentre outras atribuições:

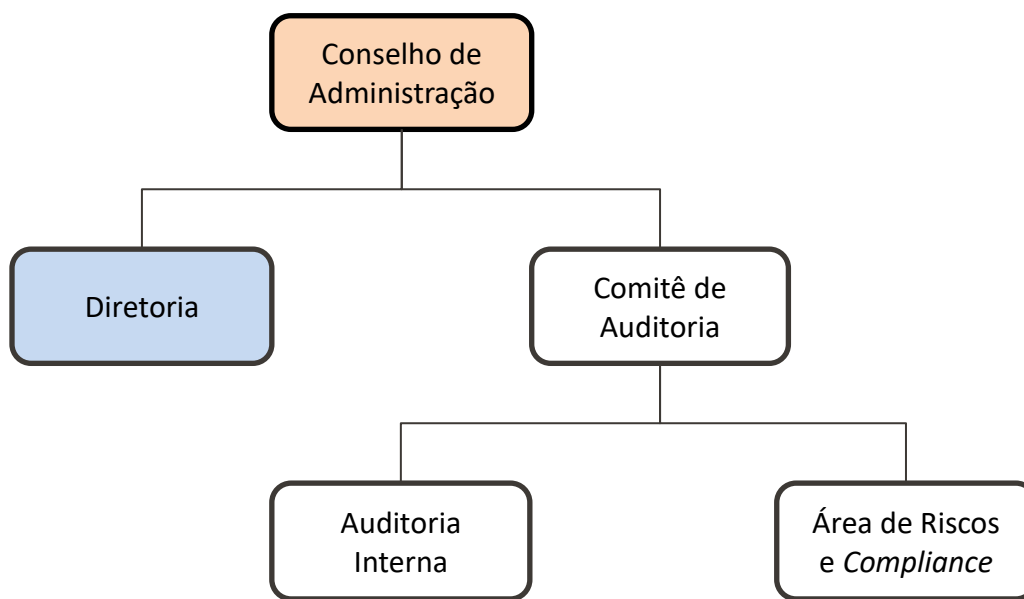
- i. documentar e zelar pelo cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e procedimentos de Gerenciamento de Riscos, bem como prover suporte em processos de revisão de tais documentos;
- ii. avaliar periodicamente a aderência aos controles internos, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;
- iii. reportar ao Comitê de Auditoria o resultado de auditorias e avaliações realizadas nas áreas monitoradas por tal área;
- iv. mapear os controles chaves por processo, e executar testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves; e
- v. identificar novos riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhorias avaliando e testando as melhorias nos controles implementados. Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

A nossa área de auditoria interna foi criada em 19 de fevereiro de 2021 e está em pleno funcionamento desde tal data.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria é vinculado ao Conselho de Administração, sendo que possui autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrar despesas com seu funcionamento.

Considerando as atribuições definidas acima, a Companhia adota o organograma de reporte abaixo em seu Gerenciamento de Riscos:



Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o detalhamento de suas funções e procedimentos operacionais. O nosso Comitê de Auditoria foi criado em 19 de fevereiro de 2021 e está em pleno funcionamento desde tal data.

Nossa estrutura organizacional de processos de gerenciamento de riscos e de controles internos utiliza como parâmetro as diretrizes estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*)-COSO, especialmente no que diz respeito ao fluxo de identificação, avaliação, implementação e monitoramento dos riscos aos quais estamos expostos, conforme processo abaixo:

- **Ambiente Interno:** o ambiente interno inclui a estrutura organizacional, os recursos humanos e físicos, a cultura e os nossos valores e de nossas controladas, sendo considerado a base para todos os demais componentes da estrutura de controles, estabelecendo a forma, o gerenciamento, o monitoramento e a disciplina dos administradores e demais colaboradores alocados fisicamente em nossas dependências, em relação à estrutura de controles internos.
- **Fixação de Objetivos:** os objetivos devem ser estabelecidos antes da identificação das situações em potencial que poderão afetar sua realização. O Gerenciamento de Riscos envolve a adoção, pela

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

nossa Administração, de processos que visam estabelecer o alinhamento entre os objetivos fixados e a nossa missão, levando-se em consideração sua disposição para um determinado apetite a risco.

- **Identificação de Eventos**: após a fixação dos objetivos, devem ser identificados os eventos que podem prejudicar a realização destes objetivos. Durante o processo de identificação de eventos, estes poderão ser classificados como riscos, oportunidades ou ambos. A identificação das ocorrências que podem impactar adversamente nossos objetivos pode ser realizada de diversas formas, dentre as quais se destacam: (i) realização de auditorias internas periódicas; (ii) comunicações realizadas por colaboradores; (iii) alertas emitidos pelos sistemas de monitoramento; (iv) contatos de clientes relatando algum problema em seus produtos ou serviços; e/ou (v) denúncias realizadas pelo canal externo próprio para esse fim.
- **Avaliação de Riscos**: os riscos identificados são analisados com a finalidade de determinar a forma como serão administrados e, então, devem ser associados aos objetivos que podem influenciar. Avaliam-se os riscos considerando seus efeitos inerentes e residuais, bem como sua probabilidade de ocorrência e os impactos que podem causar a nós, nossos *stakeholders* e terceiros. Os riscos são identificados e avaliados de acordo com a probabilidade de ocorrência e seu impacto sobre nossos negócios, inclusive, sobre a nossa imagem e reputação. Cada decisão leva em consideração os benefícios, os aspectos negativos e os riscos atrelados, mensurando a relação entre impacto e mitigação, para desenvolver planos de contingência e de continuidade adequados aos nossos negócios. Desta forma, os riscos identificados são classificados utilizando-se a Matriz de Riscos (mencionada no item (ii) acima), de acordo com o grau de relevância envolvido.
- **Resposta a Risco**: após a identificação e avaliação dos riscos, devem ser avaliadas as possíveis respostas aos referidos riscos: evitar, aceitar, reduzir ou compartilhar. O tratamento conferido a cada um dos riscos identificados deve levar em consideração um conjunto de ações destinadas a alinhar os riscos às respectivas tolerâncias e ao nosso apetite a risco.
- **Atividades de Controle**: são os procedimentos estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos identificados sejam executadas de forma tempestiva e eficiente.
- **Informações e Comunicações**: a comunicação eficaz é aquela que flui na organização em todas as direções, no tocante ao Gerenciamento de Riscos, de modo que nossos colaboradores recebam informações claras e precisas quanto às suas funções e responsabilidades.
- **Monitoramento**: o monitoramento é realizado por meio de atividades gerenciais contínuas, avaliações independentes ou uma combinação desses dois procedimentos.

### ***c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada***

Com base nas informações descritas neste item 5.1, entendemos que nossa estrutura operacional e de



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

controles internos para verificação da efetividade de nossa Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

Conforme mencionado no item anterior, a nossa estrutura organizacional de processos de Gerenciamento de Riscos e de controles internos é baseada em parâmetro as diretrizes estabelecidas pelo IBGC e pelo COSO, especialmente no que diz respeito ao fluxo de identificação, fixação de objetivos, avaliação, implementação e monitoramento dos riscos aos quais estamos expostos.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de monitoramento e reavaliação com o objetivo de se verificar: (i) se a Política de Gerenciamento de Riscos, assim como nossos demais códigos e políticas, estão sendo efetivamente adotados; e (ii) eventuais necessidades de revisões ou melhorias.

No item anterior incluímos nosso organograma de reporte de Gerenciamento de Riscos, com a competência e as atribuições de cada órgão envolvido no processo de gestão de Riscos, conforme consta da nossa Política de Gerenciamento de Riscos.

O nosso Conselho de Administração deve acompanhar e direcionar os demais órgãos no desenvolvimento sólido de uma estrutura de Gerenciamento de Riscos.

Nosso Comitê de Auditoria, cuja criação foi aprovada por deliberação do nosso Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2021 ("Comitê de Auditoria"), deve: (i) supervisionar, de maneira contínua e sistemática, os procedimentos de identificação de riscos, bem como nossos sistemas de controles internos; (ii) monitorar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (iii) garantir o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulatória; e (iv) fiscalizar a atividade dos auditores independentes.

Na execução de suas atribuições e responsabilidades, o Comitê de Auditoria deverá manter relacionamento efetivo com nossa Administração, com os auditores internos e, caso instalado, com o Conselho Fiscal. Ademais, o nosso Comitê de Auditoria conta com o apoio da área de riscos e *compliance* e da auditoria interna na execução de suas atribuições descritas acima.

O nosso Conselho de Administração declara que o nosso Comitê de Auditoria possui estrutura e orçamento considerados suficientes para cumprimento de seus deveres e atribuições, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. A nossa Diretoria, por sua vez, deverá implementar as nossas estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, executar a Política de Gerenciamento de Riscos e identificar preventivamente os Riscos os quais a Companhia está exposta. A Diretoria deverá, ainda, fazer a respectiva gestão dos Riscos identificados, avaliar a probabilidade de sua ocorrência e adotar medidas para sua prevenção e/ou mitigação.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****a. política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

Os riscos de mercado para os quais buscamos proteção são gerenciados por uma estrutura composta pela Diretoria Financeira, pela Presidência, pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração, a depender da natureza do risco mapeado e dos enquadramentos das soluções para mitigação dos riscos. Entretanto, não há uma política específica que trata de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, sendo que as práticas que adotamos são entendidas como suficientes para gerenciamento de nossos riscos de mercado. Adicionalmente, aplica-se ao gerenciamento de riscos de mercado a Política de Gerenciamento de Riscos mencionada no item 5.1 acima, no que couber.

**b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**

Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados para fins de Gerenciamento de Riscos (conforme definição constante do item 5.1(b) acima).

**i. riscos para os quais se busca proteção**

Estamos expostos a riscos de mercado resultantes do curso normal de nossas atividades, dentre os quais estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência. Buscamos proteção para os riscos relacionados a (i) flutuações na taxa de câmbio; e (ii) preço de *commodities*.

Cabe à nossa Diretoria Financeira gerir e identificar os riscos de mercado aos quais estamos expostos.

**ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Nós fazemos uso de instrumentos de derivativos e de proteções cambiais para proteger as nossas receitas, de modo a conciliar temporalmente as obrigações (i) em moeda estrangeira com as receitas em dólar, além de proteger o caixa disponível em reais para fazer frente as nossas obrigações em moeda estrangeira; e (ii) relacionadas às *commodities* por meio de equalizações entre operações contratadas no mercado físico *vis* a *vis* as operações contratadas em derivativos (e.g. contratos futuros e opções).

**iii. instrumentos utilizados para a proteção (hedge)**

Possuímos os seguintes instrumentos de derivativos elegíveis para implementação das operações de *hedge*:

- *Hedge* de *commodities*;
- *Hedge* de moedas (NDFs, swaps, opções); e
- *Hedge* de indexador (*swaps*, opções).

**iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

O monitoramento dos riscos é realizado a partir da nossa exposição líquida decorrente das nossas atividades operacionais que apresentem algum risco cambial e/ou de *commodities*.

Embora a nossa Política de Gerenciamento de Riscos não trate especificamente de riscos cambiais e/ou de *commodities*, adotamos uma prática interna de *hedge*, limitando a exposição comprada ou vendida a no máximo 10% para reduzir a incidência de tais riscos e seus impactos de perdas, com a consequente criação de valor e preservação da longevidade dos nossos negócios.

**v. *se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.***

Não aplicável, tendo em vista que não utilizamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

**vi. *estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.***

Compõem a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado: a Diretoria Financeira, a Presidência, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração, a depender da grandeza do risco mapeado e os enquadramentos das soluções para mitigação dos riscos propostas no contexto da política estabelecida.

**c. *adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.***

Considerando a nossa Política de Gerenciamento de Riscos, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, nós entendemos que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade do Gerenciamento de Riscos face aos riscos de mercado aos quais nós estamos expostos. Aplica-se a esse item (c) os comentários constantes do item (c) do item 5.1 acima, no que couber.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### ***a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las***

Estamos alinhados às melhores práticas de controles internos, bem como atestamos o correto funcionamento do ambiente de nossos controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos nossos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos nossos controles internos.

O registro das nossas operações é efetuado por meio de um sistema integrado de gestão empresarial e planejamento de recurso corporativo transacional, que nos possibilita integrar todos os nossos dados e processos em um único sistema.

A nossa administração também avalia a razoabilidade dos saldos de todas as movimentações financeiras e, em hipótese de discrepâncias relevantes, justificativas e ajustes são solicitados às respectivas áreas. Ademais, realizamos também a análise das variações das contas patrimoniais e de resultado. Todas as variações significativas das contas patrimoniais e de resultado são analisadas para checagem da coerência das justificativas e, caso haja quaisquer falhas identificadas, essas são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

Os nossos Diretores entendem, ainda, que os nossos controles internos são suficientes e pertinentes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que operamos.

Adicionalmente, os nossos Diretores esclarecem que permanecem empenhados no aprimoramento, revisão e atualização contínua de nossos processos e políticas, e na implementação de novas ferramentas para revisão e aprimoramento dos nossos controles internos e de *compliance*. Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos podem não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, projeções de uma avaliação da eficácia do controle interno para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adesão às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

### ***b. estruturas organizacionais envolvidas***

Nossa estrutura de controles internos é segmentada da seguinte forma:

- Nosso Conselho de Administração que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:
  - i. aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras;
  - ii. estabelecer as diretrizes gerais das estratégias de Gerenciamento de Riscos;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- iii. avaliar e aprovar a Matriz de Riscos;
- iv. acompanhar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de Gerenciamento de Riscos, dando apoio em caso de necessidade aos respectivos comitês que integram as atividades de Gerenciamento de Riscos;
- v. assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional, aprovando seu orçamento próprio destinado a cobrir suas despesas de funcionamento;
- vi. supervisionar as atividades do processo de gerenciamento de riscos executadas por nós;
- vii. receber diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da auditoria interna promovidos no âmbito do processo de Gerenciamento de Riscos;
- viii. avaliar a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de Gerenciamento de Riscos; sendo certo que deverá avaliar, ao menos anualmente, a área de auditoria interna para verificar se a estrutura e orçamento empregados são suficientes para o desempenho de suas funções;
- ix. definir o nosso apetite a riscos;
- x. acompanhar a evolução do Gerenciamento de Riscos por meio do nosso enquadramento aos limites estabelecidos;
- xi. monitorar o Comitê de Auditoria, bem como quaisquer outros Comitês de Assessoramento, caso existentes, e definir as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, casos tais Comitês não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema; e
- xii. praticar quaisquer outros atos e tomar quaisquer outras medidas relacionadas às competências listadas acima e necessárias ao fiel cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.

- Homenagem aos Fundadores.

Em razão da relevante contribuição, dedicação, trabalho árduo e paixão pelo agronegócio dos fundadores Sr. João Osório Dumoncel e Sra. Clélia Dumoncel, que desde 1954 contribuem para trilhar o caminho de sucesso e fortalecer a nossa cultura, nomearemos “Conselheiros Beneméritos”, com função honorífica, vitalícia e personalíssima, não tendo caráter administrativo, de assessoria ou técnico. Os Conselheiros Beneméritos poderão participar das reuniões do nosso Conselho de Administração, não possuindo direito de voto e não podendo ser substituídos em suas ausências. Os Conselheiros Beneméritos não serão computados para os fins do caput do artigo 10 e seu parágrafo 1º, do nosso Estatuto Social.

- Nossa Diretoria que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- i. implementar as nossas estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração;
  - ii. executar as políticas e regimentos e, sempre que necessário, propor ao Conselho de Administração eventuais necessidades de revisão; e
  - iii. identificar riscos preventivamente e fazer sua respectiva gestão, avaliando probabilidade de sua ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e/ou mitigação.
- Nosso Comitê de Auditoria que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:
    - i. avaliar e monitorar nossa exposição aos riscos;
    - ii. supervisionar as atividades das nossas Áreas Financeira, Controladoria e Contábil;
    - iii. acompanhar as atividades da auditoria interna e da nossa área de controles internos;
    - iv. avaliar a efetividade do nosso modelo de Gerenciamento de Riscos e sugerir soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, apontando as causas e responsabilidades;
    - v. recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos, e nos nossos processos internos de Gerenciamento de Riscos;
    - vi. assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao Gerenciamento de Riscos;
    - vii. avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração; e
    - viii. praticar quaisquer outros atos e tomar quaisquer outras medidas relacionadas às competências listadas acima e necessárias ao fiel cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.
  - Nossa Área de riscos e *compliance* que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:
    - i. consolidar a nossa avaliação de riscos, por meio da elaboração de relatórios periódicos, e reportá-los ao Comitê de Auditoria;
    - ii. elaborar processos a serem utilizados na gestão de riscos;
    - iii. identificar Riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e mitigação junto ao Comitê de Auditoria;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

e

- iv. conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.
- Nossa Área de auditoria interna que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:
  - i. documentar e zelar pelo cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos, bem como prover suporte em processos de revisão de tais documentos;
  - ii. avaliar periodicamente a aderência aos controles internos, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;
  - iii. reportar ao Comitê de Auditoria o resultado de auditorias e avaliações realizadas nas áreas monitoradas por tal área;
  - iv. mapear os controles chaves por processo, e executar testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves; e
  - v. identificar novos riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhorias avaliando e testando as melhorias nos controles implementados. Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

Nosso Comitê de Auditoria é vinculado ao nosso Conselho de Administração, sendo que possui autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o detalhadamente de suas funções e procedimentos operacionais.

Além do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, nossas áreas jurídica, financeira e de controladoria, com o apoio das nossas áreas de negócio, exercem funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos.

As funções desempenhas por tais áreas seguem as diretrizes definidas em nossa Política de Gerenciamento de Riscos, nosso Código de Conduta e Ética e nas nossas demais políticas, de modo a zelar pelo cumprimento de tais políticas e código tanto por nossos administradores, funcionários e demais colaboradores, quanto por terceiros que mantêm contratos conosco.

Violações às nossas políticas e códigos que sejam constatadas pelas nossas áreas jurídica, financeira e de controladoria no âmbito do exercício de funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos, devem

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

ser imediatamente comunicadas ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria.

**c. *forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela nossa administração, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento***

O processo de controle interno relativo à elaboração das nossas demonstrações financeiras e práticas contábeis adotadas por nós está descrito no item 5.3(a) deste Formulário de Referência.

As atribuições da Área de Auditoria Interna são aprovadas por nosso Conselho de Administração, sendo que a estrutura e orçamento da Área de Auditoria Interna, também aprovados pelo Conselho de Administração, são considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada por nosso Comitê de Auditoria Interna ao menos uma vez ao ano.

A Auditoria Interna juntamente com as áreas responsáveis e a Diretoria Financeira tem como responsabilidade gerar relatório que apresenta as recomendações de melhoria dos principais pontos de controle levantados, o plano de ação para melhoria dos pontos de controle, o(s) responsável (eis) pela implementação do plano e o prazo para sua implementação. A Diretoria da área auditada toma conhecimento dos pontos de controle levantados no relatório de Auditoria Interna e acompanha a sua execução de forma a garantir a sua efetividade com o apoio da Diretoria Financeira.

A Auditoria Interna apresenta ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria periodicamente um resumo dos relatórios mais relevantes com a informação dos riscos, do ambiente geral de controle e a possibilidade de perdas. Além do relatório da Auditoria Interna, os auditores independentes também emitem um relatório contendo as suas recomendações de melhorias acerca do ambiente de controles internos da Companhia destinado a aprimorar os procedimentos contábeis e o sistema de controles internos.

**d. *deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado a nós pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.***

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, os auditores independentes consideram os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos nossos controles internos.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os auditores independentes identificaram oportunidades de melhoria nos controles internos da Companhia. Apenas para fins de transparência e ampla divulgação de informações ao mercado, apresentamos abaixo algumas das melhorias apontadas:



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 1- Recomendações de Melhorias

#### 1.1- Processo de fechamento contábil das informações financeiras

Os auditores independentes apontaram que no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que durante os procedimentos de auditoria identificaram que a Companhia aprimorou seu processo de fechamento contábil das informações financeiras. Entretanto, ainda observam algumas situações como, ausência de um processo formalizado de revisão dos lançamentos contábeis manuais, ausência de relatório analítico de depreciação para os bens reavaliados em anos anteriores e divergências em planilhas auxiliares utilizadas para registro contábil de determinados saldos ou como base para construção das notas explicativas às demonstrações financeiras.

Dessa forma, os auditores externos sugeriram à Companhia que continue aprimorando o seu processo de fechamento contábil, aumentando o nível de formalização das revisões e reconciliações efetuadas.

#### 1.2- Inclusão do risco de crédito nos instrumentos financeiros derivativos

Os auditores independentes recomendam que a entidade passe a incluir o risco de crédito nos cálculos dos instrumentos financeiros derivativos conforme determinado pelo CPC 46. O CPC 46 – “Mensuração do Valor Justo” requer que os valores justos sejam mensurados com base nas premissas dos participantes do mercado, o que consideram o risco de crédito na valorização dos derivativos. A Norma é explícita no sentido de que o valor justo de um passivo deve refletir o risco de descumprimento (non-performance), incluindo, mas não limitado ao risco de crédito próprio da entidade. Dessa forma, o CPC 46 requer que as entidades considerem os efeitos do risco de crédito quando da determinação do valor justo, ex. calculando o Ajuste de Valorização a Débito (DVA) e o Ajuste de Valorização a Crédito (CVA) nos seus derivativos.

Como nenhum método específico é prescrito pela regra contábil, diversas metodologias são utilizadas na prática pelos participantes do mercado de derivativos para estimar o efeito do risco de crédito no valor justo dos derivativos de balcão (OTC).

#### 1.3- Registro de saldos a receber de fornecedores - rebates

Os auditores independentes apontaram que, no decorrer do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, possuíamos saldos a receber de fornecedores em função de volume de vendas de insumos que realizamos. Essa estimativa leva em consideração um percentual médio de rebate, com base nos acordos com os fornecedores, multiplicado pelo valor das vendas realizadas. Entretanto, observando os acordos com os fornecedores os auditores independentes identificaram que os indicadores para cálculo dos valores possuem critérios específicos, com percentuais e metas estabelecidas de forma diferente, para cada produto, não existindo um critério único, assim como calculado por nós. Dessa forma, a utilização de um percentual médio pode distorcer os valores provisionados.

Os auditores independentes sugeriram à Companhia que avalie o aprimoramento da forma de cálculo dos valores a receber de fornecedores, levando em consideração as especificidades das políticas comerciais dos

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

fornecedores, incluindo a análise individualizada por item vendido, além de analisar o atingimento de eventuais gatilhos para recebimento dos valores, previstos nos acordos com os fornecedores.

### 1.4- Aprimoramento do processo de contagem com base na política de inventários

Um aspecto fundamental quando tratamos dos estoques refere-se a uma correta determinação das quantidades físicas deles na data do balanço. A apuração quantitativa depende da existência de controles analíticos adequados e mantidos em dia e agregados a um bom sistema de controles internos. Esses aspectos, logicamente, são importantes não só para fins contábeis, mas também, e principalmente, para fins gerenciais. Durante o entendimento e acompanhamento do procedimento de inventários físicos nas unidades, os auditores independentes verificaram que, embora a Companhia possua política formalizada de procedimentos de inventário físico e uniforme para todas as suas unidades, alguns procedimentos não foram integralmente observados em determinadas unidades.

Seguem algumas situações identificadas ao longo de 2021 nos acompanhamentos dos inventários físicos realizados pela auditoria externa:

- a) Verificou-se via análise de documentos que a Companhia realiza suas contagens por meio de uma folha onde constam as quantidades, fazendo um *check* quando a quantidade está de acordo e colocando o número correto em casos de divergências.
- b) Existência de notas fiscais de compra pendentes de lançamento no sistema, que embora devidamente identificadas, observamos que o procedimento não consta atualmente nas políticas da Companhia;
- c) Inclusão na política de inventário sobre a forma padrão das contagens de silos, através da cubagem, além da utilização de cálculos de metragem já definidas para os silos existentes;
- d) Contagem da totalidade dos itens de cada unidade em data próxima a 31/12, dentro do quarto ciclo, considerando o giro do estoque e características do negócio da Companhia.

Dessa forma, sugeriram à Companhia que aprimore os seus procedimentos de inventário cíclico, bem como reforce a necessidade de observância integral das suas políticas de inventário, a fim de aumentar a eficácia dos seus procedimentos de acompanhamento físico dos estoques.

### 1.5- Baixa de custos com beneficiamento de sementes de soja, registrados como despesas antecipadas

Durante o exercício de 2021 os auditores externos constataram que a Companhia realizou a contabilização dos custos de beneficiamento da semente de soja na conta de despesas antecipadas, e não como parte do custo dos estoques de semente de soja. Uma vez que esses estoques são valorizados ao valor justo, o procedimento adotado pela Companhia resultou na superavaliação do ativo em aproximadamente R\$7 milhões.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Dessa forma, recomenda-se à Companhia que avalie a implementação de procedimentos para registrar de forma adequada os custos da semente de soja, de forma que sejam considerados no cálculo do valor justo da semente de soja.

### 1.6- Controle dos saldos de empréstimos e financiamentos

Durante seus procedimentos a auditoria externa constatou que a Companhia implementou sistema de gestão da carteira de empréstimos e financiamento, mas que ele não efetua o cálculo dos juros e correção monetária para todas as operações de empréstimos e financiamentos em aberto. A Companhia possui como procedimento realizar o ajuste contábil dessas contas periodicamente, através da obtenção de extratos com as instituições financeiras. A ausência de um controle auxiliar de recálculo dos juros e atualizações para todas as transações existentes pode ocasionar distorções nas informações financeiras da Companhia.

Dessa forma, recomenda-se à Companhia que avalie a implementação de um controle auxiliar para além de acompanhar as movimentações de todas as suas transações, incluir também o recálculo de juros, atualização monetária e variação cambial para todas suas operações.

### 1.7- Reclassificação de Operações de Risco Sacado

Durante os procedimentos de circularização das instituições financeiras para a data base de 31 de dezembro de 2021, a auditoria externa identificou que a Companhia possuía operações de risco sacado no montante total de aproximadamente R\$9 milhões. Esses saldos foram apresentados no grupo de "Fornecedores" no passivo circulante. Conforme OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2021, essas operações, por suas características, devem ser cuidadosamente analisadas para determinação da forma de apresentação, indicando que o mais adequado é serem apresentadas como parte do endividamento financeiro das empresas âncora.

Dessa forma, a auditoria externa recomendou à Companhia que reavalie a forma de apresentação das referidas operações. Adicionalmente, sugeriu a implementação de um controle auxiliar para acompanhar todas as suas operações com risco sacado, conciliando periodicamente com as informações oriundas das instituições financeiras.

### 1.8- Política formal de *cyber security*

A auditoria externa discutiu com o departamento de TI da Companhia acerca dos procedimentos internos para acompanhamento e mitigação dos riscos cibernéticos. A Companhia possui procedimentos internos para proteção da sua base de dados, além de controles sistêmicos, com a utilização de ferramentas de terceiros, para prevenção de ataques cibernéticos. Entretanto, verificou-se que não há uma política formal que defina, entre outras questões, os procedimentos e controles (preventivos e detectivos), as responsabilidades das áreas, programa de treinamentos, plano de contingências em caso de invasão, entre outras questões.

Dessa forma, a auditoria externa recomendou à Companhia implementar uma política formal de *cyber security*, visando aumentar o seu nível de governança e reduzir o risco de exposição da Companhia a este tipo de incidente, além de avaliar a implementação de ferramentas de monitoramento de incidentes.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 1.9- Divulgações em notas explicativas

Durante os procedimentos de revisão das notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras, a auditoria externa identificou os seguintes principais aspectos:

- Partes relacionadas: ausência de divulgação do montante pago ao escritório de advocacia Daniel Carneiro Sociedade de Advogados relativo aos honorários recebidos em conexão com o IPO da Companhia; e
- Arrendamentos: ausência de divulgação da totalidade das informações requeridas pela CVM em seu Ofício Circular 02/19.

Dessa forma, a auditoria externa recomendou à Companhia que avalie complementar suas notas explicativas em linha com o comentado acima em futuras divulgações.

### ***e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas***

#### **1- Recomendações de Melhorias**

Em relação às recomendações de melhorias indicadas no item 5.3(d)(1.1), os lançamentos manuais efetuados pelo profissionais da Companhia são originados de cálculos efetuados em planilhas auxiliares, esses lançamentos são identificados, conciliados e revisados de acordo com sua ocorrência. Estamos cada vez mais buscando ferramentas que tragam automatização para os processos que ainda ocorrem de maneira manual, trazendo maior segurança ao processo de contabilização. Sobre a ausência do relatório analítico de depreciação dos bens reavaliados de anos anteriores, estamos trabalhando com a conferência individual da depreciação dos itens em nosso sistema mitigando o risco de distorções nos valores contabilizados, ao mesmo tempo que o nosso time de TI trabalha em conjunto ao nosso ERP para desenvolvimento do relatório mencionado. Sobre as divergências em planilhas auxiliares utilizadas para registro contábil de determinados saldos ou como base para construção das notas explicativas às demonstrações financeiras, entendemos que as situações foram pontuais ou referem-se a divergências no entendimento quanto à apresentação dos dados. Estamos trabalhando para trazer maior automatização e padronização aos processos da Companhia, mitigando riscos de erros, ao mesmo tempo que aumentamos o nosso nível de revisão dos dados contabilizados periodicamente, bem como os apresentados em Demonstração Financeira.

Em relação às recomendações de melhorias indicadas no item 5.3(d)(1.2), estamos constantemente revisando nossas metodologias internas. Colocamos o ponto em análise interna, para incorporar ao cálculo tão logo que tivermos clareza nas premissas aplicáveis a operação da Companhia, uma vez que o grau de sofisticação na metodologia para a determinação do ajuste de valorização do crédito utilizado por uma entidade é influenciado por vários fatores qualitativos, e nenhum método específico é prescrito pela regra contábil.

Em relação às recomendações de melhorias indicadas no item 5.3(d)(1.3), a Companhia vem melhorando os controles e cálculos sobre o tema, contudo, existem variáveis que acabam não estando sob o controle da

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Companhia, que dependem do andamento da safra, ajustes finais de volumes e acertos, para definição dos valores finais. Os programas de relacionamento (*marketing*) dos fornecedores, principalmente de defensivos agrícolas, possuem singularidades, como por exemplo, período vigência e a forma de escoamento dos produtos. No que tange o período, alguns são avaliados tendo como base o ano fiscal e outros ano safra (01/04 a 31/03). Já na dimensão formato de escoamento, os parâmetros são *sell in* (faturamento do fornecedor para a Companhia) e *sell out* (a remessa da Companhia para o agricultor). Além dos critérios citados, ainda são consideradas devoluções e acertos financeiros, que tradicionalmente ocorrem nos meses de maio e junho, pós ano safra e fiscal. Com base nas melhorias já implantadas, a Companhia fechou os rebates da safra 2020/21 com elevada assertividade nos valores recebidos, sem que fosse necessário efetuar estorno de provisão. Adicionalmente, o acompanhamento histórico dos saldos garante que situações atípicas sejam mapeadas e ajustadas tempestivamente. A Companhia segue buscando melhorias para o processo a fim trazer maior nível de evidência para comprovar os provisionamentos diante da auditoria externa.

Em relação às recomendações de melhorias indicadas no item 5.3(d)(1.4), seguem as respostas para as situações relacionadas aos inventários físicos realizados pela auditoria externa:

- a) Estamos revisando nossa metodologia de inventário físico, onde esperamos que os pontos levantados no exercício de 2021 sejam corrigidos ao longo do presente ano.
- b) A existência de notas fiscais de compra pendentes de lançamento no sistema, ocorrem devido ao formato da auditoria ocorrer sem a parada de operação. A atuação ocorre com a operação em andamento (carga/descarga – entradas e saídas) as quais são validadas através dos livros fiscais e relatórios de movimentação. Vamos incluir previsão para tal situação em nossa política, bem como elencar os passos que devem ser seguidos pelas unidades a fim de evidenciar com clareza os movimentos ocorridos durante o inventário.
- c) A metodologia de cubagem aplicada ao exercício de verificação é balizada por cálculos matemáticos de acordo com a forma geométrica do vasilhame (silos e armazéns com variados tipo de fundo), considerando a posição do estoque (formato no caso de grãos) no ato da contagem. Vamos incluir formalização desta metodologia em nossa política de inventários.
- d) Prática implementada já no quarto ciclo de inventários ocorridos no exercício de 2021.

Em relação às recomendações de melhorias indicadas no item 5.3(d)(1.5), estamos avaliando a implementação de procedimentos para registrar os custos da semente de soja, de forma que sejam considerados no cálculo do valor justo da semente de soja tão logo tivermos montante relevante em estoque.

Em relação às recomendações de melhorias indicadas no item 5.3(d)(1.6), em 2021 implementamos acompanhamento e controle mensal dos saldos de maneira manual. Realizamos acompanhamento das movimentações de todas as transações, além de efetuar o recálculo de juros, atualização monetária e variação cambial para todas as operações. Os valores inerentes a operação são contabilizados e os saldos acumulados

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

são conciliados com os extratos das instituições financeiras de maneira mensal. Em 2022 adquirimos ferramenta que automatiza o processo, a qual se encontra em fase de implantação.

Em relação às recomendações de melhorias indicadas no item 5.3(d)(1.7), já no primeiro trimestre de 2022 implantamos controle auxiliar para acompanhar todas as com risco sacado, conciliando periodicamente com as informações oriundas das instituições financeiras. Nesse mesmo trimestre, já apresentamos o saldo como parte do endividamento da Companhia em Demonstração Financeira, sanando assim esse ponto junto à auditoria externa.

Em relação às recomendações de melhorias indicadas no item 5.3(d)(1.8), a Companhia vem fortalecendo os mecanismos de segurança da informação e *cyber security*, estando comprometida com essa necessidade a curto prazo. A política formal relacionada a *cyber security* está na fase final de desenvolvimento, cujo plano de ação será implementado na sua integralidade durante o exercício de 2022. Neste plano estão mapeadas as necessidades de novas implantações, que propõe ferramentas de correlacionamento de dados e gerenciamento de incidentes. Com essas ações a Companhia busca aumentar o nível de governança e reduzir o risco de exposição da Companhia

Em relação às recomendações de melhorias indicadas no item 5.3(d)(1.9), a Companhia está constantemente buscando melhorar suas divulgações. A informação referente ao arrendamento está sendo avaliada quanto as premissas aplicáveis a operação da Companhia. Já o ponto de partes relacionadas, foi uma situação pontual ocorrida em 2021. Caso situações como essa venham a se repetir, será observada uma divulgação completa dos dados pertinentes.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em 19 de fevereiro de 2021, nosso Conselho de Administração deliberou pela aprovação do nosso Código de Conduta e Ética ("Código de Conduta") , conforme aditado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2021, que estabelece, dentre outros, exemplos de atos que devem ser praticados no tocante à prevenção de fraudes e ilícitos contra a administração pública, cujas relações deverão ser sempre pautadas pela honestidade, boas práticas de mercado e pelo estrito cumprimento de todas as legislações e normas vigentes. Além do Código de Conduta, questões de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública também são tratadas pela Política de Gerenciamento de Riscos e por nossas demais políticas, conforme descrito no item (i) a seguir. Práticas fraudulentas e ilícitas, apesar de não aceitáveis, em caso de ocorrência deverão ser imediatamente delatadas através do nosso canal de denúncias (mencionado no item 5.3 acima).

O inteiro teor do nosso Código de Conduta pode ser acessado no nosso site de relações com investidores ([ri.3tentos.com.br](http://ri.3tentos.com.br)), no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

### ***i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados por nós, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas***

Além do Código de Conduta, composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os padrões de comportamento que devem nortear a nossa atuação e da Política de Gerenciamento de Riscos, que tem por objetivo (i) proteger nossa solvência e os nossos resultados a longo prazo através do processo de identificar, mensurar e de tratar riscos aos quais estamos expostos no exercício de nossas atividades; e (ii) assegurar a adequação, fortalecimento, eficiência e integridade do nosso sistema de controles internos, em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2021, conforme aditadas em reunião realizada em 25 de março de 2021, os membros do nosso Conselho de Administração aprovaram as seguintes políticas e regimentos internos:

**(i) Política de Uso de Informações e divulgação de atos ou fatos relevantes** ("Política de Divulgação"): tem o objetivo de oferecer aos acionistas, investidores, analistas de mercado, à imprensa financeira especializada e ao mercado em geral elevados padrões de governança, transparência e confiabilidade. Para tanto, está adequada às boas práticas de conduta no uso de informações relevantes e divulgação Ato ou Fato Relevante. Para mais informações sobre a Política de Divulgação, vide item 21.2 deste Formulário de Referência;

**(ii) Política de negociação de valores mobiliários** ("Política de Negociação"): tem o objetivo de regulamentar as operações com valores mobiliários de nossa emissão ("Valores Mobiliários"). A nossa Política de Negociação estabelece as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas, visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas em relação à negociação com Valores Mobiliários, e enuncia as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos pela legislação aplicável, a negociação de tais Valores Mobiliários. A Política de Negociação se aplica a nós e a nossas controladas, quando aplicável;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**(iii) Política de transações com partes relacionadas e conflitos de interesses** ("Política de Transações com Partes Relacionadas"): tem o objetivo de atender às exigências da legislação vigente, em especial aos deveres de transparência, lealdade e idoneidade dos administradores e dos colaboradores, a fim de que os nossos interesses e de nossos acionistas sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos seus tomadores de decisão;

**(iv) Política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento** ("Política de Remuneração"): tem o objetivo de estabelecer diretrizes que deverão ser observadas no âmbito da remuneração das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração, consolidando seus interesses com os nossos objetivos e os objetivos de nossas controladas;

**(v) Política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento** ("Política de Indicação"): tem o objetivo de propor o preenchimento dos cargos elegíveis com base em uma análise da necessidade do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e dos comitês de assessoramento, conforme aplicável, garantindo a composição por membros de perfis diversificados, levando-se em conta experiências, competências, condutas, origens, faixa etária e gênero;

**(vi) Política Socioambiental** ("Política Socioambiental"): tem o objetivo de implementar controles para diversos impactos ambientais, tais como emissões atmosféricas, lançamentos em corpos d'água e no solo, uso de matérias-primas, uso de energia, consumo de produtos químicos, esgotamentos dos recursos naturais, etc.;

**(vii) Regimento interno do Conselho de Administração** ("Regimento Interno do Conselho de Administração"): tem o objetivo de evitar qualquer situação que possa gerar um conflito entre seus interesses pessoais e os nossos interesses;

**(viii) Regimento interno do Comitê de Auditoria** ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria"): tem o objetivo de (i) supervisionar, de maneira contínua e sistemática, os procedimentos de identificação de riscos, bem como nossos sistemas de controles internos; (ii) monitorar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (iii) garantir o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulatória; e (iv) fiscalizar a atividade dos auditores independentes. Na execução de suas atribuições e responsabilidades, o Comitê de Auditoria deverá manter relacionamento efetivo com nossa Administração, com os auditores e internos e, caso instalado, com o Conselho Fiscal; e

**(ix) Regimento Interno do Comitê de ESG e Sustentabilidade** ("Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade") (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, a Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Remuneração, a Política de Indicação, a Política Socioambiental, o Código de Conduta, o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e o Regimento Interno do Comitê de ESG e Sustentabilidade, em conjunto, definidos como "Políticas de Governança Corporativa"): tem o objetivo (i) o



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

assessoramento na implementação das diretrizes e metas de sustentabilidade previstas na Política Socioambiental; (ii) o monitoramento de forma clara e transparente do nosso desempenho quanto à implementação e ao cumprimento de tais diretrizes e metas; e (iii) a revisão, sempre que necessário, das diretrizes e metas de sustentabilidade com o objetivo de que se promova evoluções contínuas no nosso ecossistema e na adoção das melhores práticas;

As Políticas de Governança Corporativa estabelecem padrões de conduta, regras internas para alinhamento com os nossos valores, procedimentos e práticas para adequação ao perfil e riscos que identificamos, frequência de avaliação e demais assuntos relacionados. O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores ([ri.3tentos.com.br](http://ri.3tentos.com.br)), no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

Possuímos, ainda: (i) o Comitê de Auditoria, como comitê de assessoramento não estatutário, ao qual compete, dentre outros, monitorar e avaliar as políticas, procedimentos e as nossas práticas de Gerenciamento de Riscos voltados para questões relativas a integridade, fraudes e ilícitos contra a administração pública; e (ii) o Comitê de ESG e Sustentabilidade, como comitê de assessoramento não estatutário, ao qual compete, dentre outros, definir as diretrizes que orientam a nossa atuação em sustentabilidade, baseadas em uma agenda de desenvolvimento do negócio pautada pela integração entre os aspectos econômicos, ambientais, sociais, de governança (ESG) e de relacionamento com o seu ecossistema. As nossas políticas vigoram por prazo indeterminado, mas podem ser reavaliadas antes deste período, se constatada a necessidade.

***ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, os nossos órgãos que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes***

O Comitê de Auditoria é o responsável pela proposição de ações quanto à disseminação e cumprimento do nosso Código de Conduta, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade, bem como também avaliar casos que deverão ser submetidos à análise do nosso Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Caso não esteja instalado, cabe ao Diretor de Recursos Humanos a propositura de tais medidas necessárias.

São atribuições do Comitê de Auditoria, dentre outras previstas em seu regimento interno ou nossas demais políticas:

- i. Promover o comportamento ético e a manutenção do padrão de conduta em toda a Companhia;
- ii. Assegurar a implementação e o cumprimento do Código de Conduta, assim como do Estatuto Social e das nossas demais políticas e regimentos internos e das leis anticorrupção;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- iii. Receber informações de violações do Código de Conduta, assim como do Estatuto Social e das nossas demais políticas e regimentos internos e das leis anticorrupção que requerem investigação mais apurada;
- iv. Garantir o sigilo sobre as informações recebidas;
- v. Garantir que as denúncias sejam tratadas com isenção e imparcialidade;
- vi. Realizar os levantamentos necessários para suportar as decisões sobre as denúncias de violações recebidas;
- vii. Analisar e avaliar as violações recebidas e tomar as decisões cabíveis; e
- viii. Considerando: (i) a natureza e a gravidade da transgressão; (ii) o cargo do transgressor e suas responsabilidades; (iii) o histórico do transgressor e as circunstâncias atenuantes; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências de uma eventual sanção; propor as sanções cabíveis e, nos casos mais graves (ou seja, aqueles que podem gerar um efeito adverso à Companhia (inclusive reputacional) e/ou a seus acionistas, colaboradores, parceiros, comunidade em que atue local e globalmente), encaminhar ao Conselho de Administração ou a Assembleia Geral para a tomada de decisão, conforme o caso, garantindo a aplicabilidade do Código de Conduta aos próprios administradores.

As seguintes instâncias se envolvem no processo de implementação e monitoramento de nosso programa de integridade:

- *Recursos Humanos.* Após o recebimento de denúncias, em nosso canal, pela Contato Seguro Prevenção de Riscos Empresariais Ltda. empresa terceirizada contratada por nós para gerir o nosso Canal de Denúncias, as denúncias são encaminhadas aos Recursos Humanos e Auditoria Interna que em conjunto fazem a análise e investigação das denúncias recebidas;
- *Área de Riscos e Compliance.* Compete à Área de Riscos e *Compliance*, dentre outras atribuições: (i) consolidar a nossa avaliação de riscos, por meio da elaboração de relatórios periódicos, e reportá-los ao Comitê de Auditoria; (ii) elaborar processos a serem utilizados na gestão de riscos; (iii) identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e mitigação junto ao Comitê de Auditoria; e (iv) conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador;
- *Auditoria Interna.* Tem a função de reportar ao Comitê de Auditoria o resultado de eventuais investigações internas relativas a relatos recebidos via canal de denúncias; e

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Áreas jurídica, financeira e de controladoria, com o apoio das áreas de negócio, exercem funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos.

### **iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado**

Adotamos um Código de Ética que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2021, conforme aditado em reunião realizada em 25 de março de 2021. O Código de Ética define nosso propósito, visão e valores, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de nossos colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

O inteiro teor do nosso Código de Ética pode ser acessado no nosso site de relações com investidores ([ri.3tentos.com.br](http://ri.3tentos.com.br)), no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

**• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

As disposições do nosso Código de Ética se aplicam, e seus princípios éticos e padrões de conduta devem ser observados, irrestritamente, por todos os nossos colaboradores (independentemente da posição hierárquica), parceiros de negócios, prestadores de serviços, fornecedores e demais terceiros que possuem relação conosco. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, prestadores de serviços, demais terceiros que possuem relação conosco, incluindo a comunidade e os órgãos públicos em geral.

**• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Diretoria é responsável para que sejam promovidos treinamentos periódicos, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, para disseminar e manter os colaboradores atualizados e cientes acerca do teor do Código de Ética, do Estatuto Social e das nossas demais políticas e regimentos internos, bem como da importância de observá-los, e de fazer com que terceiros que tenham relação conosco os observem, e deem cumprimento às suas disposições.

**• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

É responsabilidade de cada colaborador o conhecimento das diretrizes e orientações expressas neste Código de Conduta. Qualquer violação a essas diretrizes e orientações resultará em medidas disciplinares apropriadas.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Eventual violação ao Código de Conduta será analisada pelo Comitê de Auditoria, que, com base no caso concreto, poderá submetê-la ao Conselho de Administração ou a Assembleia Geral de Acionistas, conforme aplicável. Dentre as medidas disciplinares aplicáveis estão: (i) orientação verbal; (ii) advertência escrita; (iii) suspensão com ou sem perda de remuneração; ou (iv) dispensa com ou sem justa causa.

No caso dos prestadores de serviços, fornecedores, parceiros de negócios ou outros terceiros que tenham relação com a Companhia, o desrespeito ao Código de Conduta poderá resultar em suspensão imediata do respectivo contrato e, conforme o caso, em medidas legais cabíveis.

### ***b. canal de denúncia da Companhia, indicando, em caso positivo***

Disponibilizamos canal para comunicação de denúncias de quaisquer comportamentos não éticos, violações à legislação, à regulação e a quaisquer de nossas políticas, códigos e regimentos internos. Nosso canal de denúncias é disponibilizado aos nossos colaboradores e quaisquer terceiros (denúncias internas e externas), com garantia da confidencialidade e sigilo das denúncias. O canal de denúncias pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: [www.contatoseguro.com.br/canal3tentos](http://www.contatoseguro.com.br/canal3tentos).

#### ***• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros***

O canal de denúncias é operado pela empresa terceirizada Contato Seguro Prevenção de Riscos Empresariais Ltda. Todas as denúncias são tratadas com o sigilo e as respectivas informações são acessadas apenas pelas pessoas envolvidas no processo de investigação, cujo processo varia conforme seu grau de criticidade de forma a prevenir que nenhuma conclusão seja tomada precipitadamente, sem que os fatos e as circunstâncias tenham sido objetivamente investigados e avaliados.

#### ***• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados***

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros e de empregados.

#### ***• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé***

Não toleramos qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira. O canal de denúncias não solicita os dados pessoais do denunciante, e pode ocultar as informações do relato recebido para quem irá realizar a apuração, de modo que se mantenha o anonimato. Ao denunciante é garantido o devido anonimato.

#### ***• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias***

O órgão responsável pela apuração de denúncias é o Comitê de Auditoria, que analisará e deliberará sobre as denúncias recebidas considerando-se o seu grau de criticidade, sempre zelando pelo sigilo e, importância dada a respectiva denúncia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Considerando: (i) a natureza e a gravidade da transgressão; (ii) o cargo do transgressor e suas responsabilidades; (iii) o histórico do transgressor e as circunstâncias atenuantes; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências de uma eventual sanção; cabe ao Comitê de Auditoria propor as sanções cabíveis e, nos casos mais graves (ou seja, aqueles que podem nos gerar um efeito adverso (inclusive reputacional) e/ou a seus acionistas, colaboradores, parceiros, comunidade em que atue local e globalmente), encaminhar ao Conselho de Administração ou a Assembleia Geral para a tomada de decisão, conforme o caso, garantindo a aplicabilidade do Código de Conduta aos próprios administradores.

***c. procedimentos adotados pela Companhia em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas***

Observamos todos os procedimentos e dispositivos previstos na legislação e regulamentação societária aplicável, quando da realização de processos de fusão, aquisição e reestruturação societária nos envolvendo. Adicionalmente, adotamos como prática a contratação de assessores legais externos para nos auxiliar no processo e realizar a auditoria legal, que inclui áreas como as de direito civil, contratual, regulatória, *compliance*, trabalhista, tributária, dentre outras, nos casos em que a operação societária envolve sociedade não integrante do grupo a que pertencemos.

***d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido.***

Não aplicável, tendo em vista que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 não houve alterações significativas.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e co**

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes em relação a este item 5 foram disponibilizadas nos itens acima.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Introdução

As informações financeiras descritas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e suas respectivas notas explicativas.

As nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações a seguir apresentadas são uma visão geral dos nossos diretores a respeito do cenário atual em que ela se encontra. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos nossos diretores sobre as atividades desenvolvidas por nós, nossos negócios e nosso desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as nossas demonstrações financeiras com os respectivos exercícios e períodos, bem como as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras e os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas neste item 10 do Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, nas nossas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR ao longo de um exercício/período. A Análise Vertical representa o percentual de uma linha em relação à receita líquida para os exercícios/períodos em análise, ou em relação ao total do ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis.

### a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os nossos diretores consideram que possuímos condições financeira e patrimonial adequadas ao nosso plano de negócios, tal como exposto no item 10.8 abaixo, e adequadas para fazer frente ao nosso endividamento atual e futuro. Estamos inseridos no agronegócio e nos mostramos resilientes frente à pandemia global de COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. Para mais informações sobre a pandemia global da COVID-19, vide itens 3.9, 4.1, 7.1 e 10.9 do Formulário de Referência.

Também nos mostramos resilientes frente à situação agrônômica desfavorável observada na safra 2019/2020 no Estado do Rio Grande do Sul ("RS"), que testemunhou quebra de safra na ordem de 40% da produção de soja. Manejamos a nossa gestão de caixa para receber os nossos direitos contratados em grãos e adequadamente renegociamos e mantivemos baixos os níveis de inadimplência do segmento de insumos, conservando o caixa saudável. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a inadimplência representou 0,1% do valor da nossa receita líquida, enquanto nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, representou 0,2% e 0,3% respectivamente.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, recebemos 1.215.718, 1.010.140 e 1.032.014 toneladas de soja, respectivamente. O volume de soja recebido atendeu plenamente a necessidade de esmagamento das nossas duas fábricas localizadas nas cidades de Cruz Alta e Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que aumentamos os nossos pontos de recebimento e o *market share*.

Apresentamos abaixo tabelas contendo algumas das nossas informações financeiras relevantes:

(valores em milhares de R\$, exceto percentuais e índices)	Em e/ou exercício social encerrado em		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	5.339.317	3.112.439	2.225.020
Lucro bruto	701.054	500.179	314.963
Margem bruta <sup>(1)</sup>	13,1%	16,1%	14,2%
Lucro líquido	430.306	246.263	120.819
Margem líquida <sup>(2)</sup>	8,1%	7,9%	5,4%
EBITDA <sup>(3)</sup>	381.058	347.081	162.415
Margem EBITDA <sup>(4)</sup>	7,1%	11,2%	7,3%
EBITDA Ajustado <sup>(5)</sup>	494.929	387.430	165.975
Margem EBITDA Ajustado <sup>(6)</sup>	9,3%	12,4%	7,5%
Dívida Líquida (Caixa Líquido) <sup>(7)</sup>	(290.892)	388.863	259.710
Dívida Líquida (Caixa Líquido) / EBITDA Ajustado	(0,59)x	1,00x	1,56x
Liquidez Geral <sup>(8)</sup>	2,04	1,44	1,36
Liquidez Corrente <sup>(9)</sup>	1,83	1,30	1,13
Endividamento Geral <sup>(10)</sup>	49,13%	69,32%	73,77%
Alavancagem Geral <sup>(11)</sup>	0,97	2,26	2,81

<sup>(1)</sup> A margem bruta corresponde a divisão entre o lucro bruto e a receita líquida do exercício/período.

<sup>(2)</sup> A margem líquida corresponde a divisão entre o lucro líquido e a receita líquida do exercício/período.

<sup>(3)</sup> O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto do lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

<sup>(4)</sup> A Margem EBITDA consiste na divisão do EBITDA pela receita líquida. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<sup>(5)</sup> O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e consiste no EBITDA ajustado pelo valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a *commodities*. O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto do lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

<sup>(6)</sup> A Margem EBITDA Ajustado consiste na divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

<sup>(7)</sup> A Dívida Líquida (Caixa Líquido) refere-se ao total da Dívida Bruta (correspondente ao somatório de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)) deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente daquela por nós utilizada. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

<sup>(8)</sup> A Liquidez Geral refere-se à capacidade de pagamento da empresa de longo prazo e corresponde a divisão entre o ativo total e a soma do passivo circulante e passivo não circulante.

<sup>(9)</sup> A Liquidez Corrente refere-se à capacidade de pagamento da empresa no curto prazo e corresponde a divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante.

<sup>(10)</sup> O Endividamento Geral corresponde à soma passivo circulante e passivo não circulante dividido pelo ativo total.

<sup>(11)</sup> A Alavancagem Geral é calculada através da soma do passivo circulante e passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

### Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A nossa Dívida Líquida (Caixa Líquido) corresponde ao total da Dívida Bruta (total dos empréstimos e financiamentos), deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, o nosso Caixa Líquido correspondeu a R\$290.892 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2020 e 2019 correspondia a Dívida Líquida de R\$388.863 mil e R\$259.710 mil respectivamente. Esta variação decorre especialmente da capitalização de recursos através da oferta inicial de ações ("IPO") da Companhia, sendo que os recursos serão destinados ao plano de expansão da Companhia.

### Liquidez Geral

O índice de liquidez geral (ativo total dividido pela soma do passivo circulante e passivo não circulante), foi de 2,04x em 31 de dezembro de 2021, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de 1,44x e em 31 de dezembro de 2019 foi de 1,36x. Esse índice demonstra a nossa capacidade em honrar os nossos compromissos, uma vez que nossos ativos superam nossos passivos.

### Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante), foi de 1,83x, em 31 de dezembro de 2021, contra 1,30x, em 31 de dezembro de 2020 e 1,13x em 31 de dezembro de 2019, demonstrando o aumento no nosso nível de liquidez de curto prazo. Esta melhora decorre especialmente da capitalização de recursos através do IPO da Companhia, sendo que os recursos serão destinados ao plano de expansão da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Endividamento Geral

O índice de endividamento geral corresponde a soma do passivo circulante e passivo não circulante dividido pelo ativo total. Em 31 de dezembro de 2021, o índice correspondia a 49,13% apresentando diminuição do nosso endividamento geral quando comparado ao índice de 69,32%, em 31 de dezembro de 2020 e 73,77% em 31 de dezembro de 2019. Esta melhora decorre especialmente da capitalização de recursos através do IPO da Companhia, sendo que os recursos serão destinados ao plano de expansão da Companhia.

### Alavancagem Geral

O índice de Alavancagem Geral correspondeu a 0,97x, em 31 de dezembro de 2021, apresentando diminuição comparado com o índice de 31 de dezembro de 2020 que correspondia a 2,26x e de 31 de dezembro de 2019 que correspondia a 2,81x. Essa redução se deu pela melhora de nossa estrutura de capital, principalmente, em função de nossos resultados e aumento de capital decorrente do IPO terem aumentado nosso patrimônio líquido, proporcionando um aumento da nossa participação de capital próprio e reduzindo a participação de terceiros, melhorando nosso índice de alavancagem.

### b. Estrutura de Capital

Os nossos diretores consideram que a Companhia vem trabalhando na gestão da nossa estrutura de capital de forma a melhor se ajustar às nossas obrigações de capital de curto e longo prazos.

Historicamente, financiamos o capital necessário para o crescimento das nossas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes de: (i) geração de caixa decorrente das nossas operações; e (ii) empréstimos e financiamentos.

Na tabela abaixo, consta a nossa estrutura de capital, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e apresenta a abertura da nossa estrutura de capital entre capital próprio e capital de terceiros nas datas indicadas. O aumento do reinvestimento de lucro líquido foi o principal motivo para a melhoria dos indicadores apresentados.

<b>(valores em milhares de R\$, exceto percentuais)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Empréstimos e financiamentos circulante (a)	488.866	406.155	297.188
Empréstimos e financiamentos não circulante (b)	310.834	235.400	126.492
Patrimônio líquido (c)	2.236.240	712.132	399.821
Capital Total (a+b+c = d)	3.035.940	1.353.687	823.501
<b>Capital de terceiros ((a + b) / d)</b>	<b>26,34%</b>	<b>47,39%</b>	<b>51,45%</b>
Capital próprio (c / d)	73,66%	52,61%	48,55%
Caixa e equivalente de Caixa e Aplicações financeiras	1.090.592	252.692	163.970
Dívida Líquida (Caixa Líquido) <sup>(1)</sup>	(290.892)	388.863	259.710

(1) Dívida Líquida (Caixa Líquido) equivale ao total da Dívida Bruta (correspondente ao somatório de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)) deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

definida pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente daquela por nós utilizada. Para mais informações, vide o item 3.2 do Formulário de Referência.

### Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso patrimônio líquido foi de R\$2.236.240 mil, representando aumento de 214,0% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando o nosso patrimônio líquido foi de R\$712.132 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, da capitalização de recursos pelo IPO.

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso patrimônio líquido foi de R\$712.132 mil, representando aumento de 78,1% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando o nosso patrimônio líquido foi de R\$399.821 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, da retenção do resultado do exercício e da incorporação da Tentos do Sul. Para mais informações sobre a Tentos do Sul, vide itens 10.9 e 15.7 do Formulário de Referência.

### Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2021, os nossos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante foram de R\$799.700 mil, representando aumento de 24,7% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando os nossos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante foram de R\$641.555 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, em função do nosso crescimento e da necessidade de capital para fazer frente à safra.

Em 31 de dezembro de 2020, os nossos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante foram de R\$641.555 mil, representando aumento de 51,4% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando os nossos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante foram de R\$423.680 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, em função da nossa necessidade por capital de giro e investimentos para financiar o nosso crescimento.

### **c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Conforme a avaliação da estrutura de capital realizada no item 10.1(b) acima, quando comparamos a dívida líquida com o nosso EBITDA, acreditamos que os recursos gerados a partir das nossas operações são suficientes para que sejamos capazes de arcar com os compromissos financeiros futuros.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos circulante (obrigações financeiras com vencimento inferior a 12 meses) representavam 61,1% do total de empréstimos e financiamentos da Companhia, enquanto os empréstimos e financiamentos não circulante (obrigações financeiras com vencimento superior a 12 meses) representavam 38,9%.

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos circulante representavam 63,3% do total de empréstimos e financiamentos da Companhia, enquanto os empréstimos e financiamentos não circulante representavam 36,7%.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos circulante representavam 70,1% do total de empréstimos e financiamentos da Companhia, enquanto os empréstimos e financiamentos não circulante representavam 29,9%.

Os nossos diretores entendem que as variações apresentadas, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, ocorreram em razão de a Companhia ter contratado linhas de crédito, as quais foram utilizadas para financiar o capital de giro necessário às atividades de curto prazo inerentes aos nossos negócios.

### Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram de R\$1.090.592 mil, representando aumento de 331,6% em relação a 31 de dezembro de 2020 quando o caixa e equivalentes de caixa foram de R\$252.692 mil.

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa foram de R\$252.692 mil, representando aumento de 54,1% em relação a 31 de dezembro de 2019 quando o caixa e equivalentes de caixa foram de R\$163.970 mil.

Os nossos diretores entendem que os níveis de caixa e equivalentes, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram suficientes à manutenção e crescimento dos nossos negócios e a honrar com o cumprimento das nossas obrigações financeiras de curto prazo, tendo em vista que possuímos baixo nível de endividamento e temos disponibilidade de crédito junto às principais instituições financeiras, o que nos permite negociar as melhores taxas de juros para os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia.

Além disso, os nossos diretores acreditam que a estrutura de capital atual é suficiente para, caso necessário, captar recursos de terceiros para suprir eventuais necessidades de caixa relativas às nossas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, o cronograma de pagamento dos compromissos assumidos por nós era de:

<b>Cronograma de vencimento</b>	<b>Valores a vencer em 31 de dezembro de 2021 (em R\$ mil)</b>	<b>%</b>
2022	488.866	61,1
2023	193.901	24,3
após 2023	116.933	14,6
<b>Total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)</b>	799.700	100,0

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as nossas principais fontes de financiamento eram: (i) fluxo de caixa gerado por nossas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos foram utilizados por nós, principalmente para financiar as nossas operações e para investimentos relacionados à expansão das nossas atividades.

Para mais informações sobre as nossas fontes de financiamento, vide item 10.1(f) abaixo.

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Os nossos diretores não vislumbram necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais dispomos. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, pretendemos captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas****(i) Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes**

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2021:

<b>(Em milhares de R\$)</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>			
<b>Modalidade</b>	<b>Moeda</b>	<b>Taxa média</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Capital de giro	Reais	2,65% a.a	171.978	153.591
Financiamentos	Reais/Dólar	4,97% a.a	27.421	122.820
Adiantamento contrato de câmbio	Reais/Dólar	3,05% a.a	108.115	-
Adiantamento para exportação	Dólar	5,37% a.a	181.352	34.423
<b>Total</b>			<b>488.866</b>	<b>310.834</b>

Em conexão com os nossos níveis de endividamento, firmamos contratos financeiros com parceiros diversos, dentre os quais ressaltamos os descritos abaixo:

**Banco Citibank S.A.**

(i) Em 16 de março de 2021, firmamos, com o Banco Citibank S.A., a Nota de Crédito à Exportação ("NCE") n.º 447162, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 58.259.327,57 e

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 08 de fevereiro de 2022, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 6,53% a.a.

### **Banco do Brasil S.A.**

(i) Em 18 de outubro de 2019, firmamos, com o Banco do Brasil S.A., a Cédula de Crédito à Exportação n.º 316801348, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 67.650.954,98 e garantida por aval e penhor de soja. O contrato tem vencimento final em 23 de setembro de 2022, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 7,83% a.a.

(ii) Em 18 de maio de 2021, firmamos, com o Banco do Brasil S.A., a CCB n.º 316801507, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 66.119.741,14 e garantida por aval e penhor. O contrato tem vencimento final em 25 de abril de 2022, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 2,70% a.a.

### **Banco Safra S.A.**

(i) Em 19 de março de 2021, firmamos, com o Banco Safra S.A., a CCB n.º 107673-3, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 53.252.184,34 e garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 14 de março de 2022, e, sobre eventual saldo devedor, é devida a taxa de juros de 3,08% a.a.

### **Banco Santander (Brasil) S.A.**

(i) Em 19 de março de 2021, firmamos, com o Banco Santander (Brasil) S.A., a CCB n.º 1035315, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 61.013.466,65 e garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 13 de março de 2023, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 3,40% a.a.

### **Itaú Unibanco S.A.**

(i) Em 19 de março de 2021, firmamos, com o Itaú Unibanco S.A., o Contrato de Câmbio n.º 263199121, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 56.617.153,56 garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 14 de março de 2022, e, sobre eventual saldo devedor, é devida a taxa de juros de 2,98% a.a.

### **Banco BTG Pactual S.A.**

(i) Em 14 de dezembro de 2021, firmamos, com o Banco BTG Pactual S.A., a CCB n.º CCBR753/21, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 150.813.933,48, garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 14 de dezembro de 2023, e, sobre eventual saldo devedor, é devida a taxa de juros de 1,75% a.a.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nenhum dos nossos contratos financeiros possui *covenants* financeiros e/ou cláusulas restritivas quanto à distribuição de dividendos, emissão de novos valores mobiliários, havendo apenas restrições em parte dos nossos contratos com relação à alteração da composição do nosso capital social, à alienação do controle acionário e à alienação de ativos.

### (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das operações de longo prazo descritas no item anterior, em 31 de dezembro de 2021, possuímos relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de nossas atividades por meio de empréstimos e financiamentos. Cabe ressaltar a relação com o Banco do Brasil, que, desde a nossa fundação, participa ativamente do financiamento das nossas atividades e nos presta serviços bancários.

Nossos diretores esclarecem, ainda, que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas acima têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão dos nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as nossas estratégias.

### (iii) Grau de subordinação de dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, nenhuma das nossas dívidas possuía cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação das nossas dívidas é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

### (iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Nenhum dos nossos contratos financeiros possui *covenants* financeiros e/ou cláusulas restritivas quanto à distribuição de dividendos, emissão de novos valores mobiliários, havendo apenas restrições em parte dos nossos contratos com relação à alteração da composição do nosso capital social, alienação do controle societário e alienação de ativos.

### g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, utilizamos cerca de 64,8% dos limites concedidos em nossas linhas de crédito.

### h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas abaixo apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais e das variações significativas nas contas dos resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

financeiras e com as suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia ([ri.3tentos.com.br](http://ri.3tentos.com.br)) e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das nossas demonstrações financeiras auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
<b>Receita</b>	<b>5.339.317</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.112.439</b>	<b>100,0%</b>	<b>71,5%</b>
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(4.638.263)	(86,9%)	(2.612.260)	(83,9%)	77,6%
<b>Lucro bruto</b>	<b>701.054</b>	<b>13,1%</b>	<b>500.179</b>	<b>16,1%</b>	<b>40,2%</b>
Despesas e Receitas (despesas) Operacionais	(347.460)	(6,5%)	(172.704)	(5,5%)	101,2%
Despesas de vendas	(319.965)	(6,0%)	(178.161)	(5,7%)	79,6%
Despesas administrativas	(55.707)	(1,0%)	(19.755)	(0,6%)	182,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	28.212	0,5%	25.212	0,8%	11,9%
<b>Resultado operacional</b>	<b>353.594</b>	<b>6,6%</b>	<b>327.475</b>	<b>10,5%</b>	<b>8,0%</b>
Resultado financeiro	26.243	0,5%	(72.032)	(2,3%)	N/A
Receitas financeiras	207.769	3,9%	106.138	3,4%	95,8%
Despesas financeiras	(181.526)	(3,4%)	(178.170)	(5,7%)	1,9%
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>	<b>379.837</b>	<b>7,1%</b>	<b>255.443</b>	<b>8,2%</b>	<b>48,7%</b>
Imposto de renda e contribuição social	50.469	0,9%	(9.180)	(0,3%)	N/A
Corrente	(17.791)	(0,3%)	(24.491)	(0,8%)	(27,4%)
Diferido	68.260	1,3%	15.311	0,5%	345,8%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>430.306</b>	<b>8,1%</b>	<b>246.263</b>	<b>7,9%</b>	<b>74,7%</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Receita

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a nossa receita líquida totalizou R\$5.339.317 mil, representando aumento de 71,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$3.112.439 mil. Tal aumento se deu, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita líquida totalizou R\$1.534.116 mil, correspondente a um aumento de 68,7% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$909.290 mil. Ao longo de 2021 observamos um forte aumento dos preços dos insumos, impactado pelas preocupações com as principais cadeias de suprimentos globais e aumento nos preços das principais commodities como a soja. O resultado obtido no segmento reflete as condições de preços e aumento no volume vendido de nossos produtos com a expansão em novas lojas e maturação das lojas existentes.
- (ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita líquida totalizou R\$1.412.296 mil, correspondente a um aumento de 183,8% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$497.615 mil. Tal resultado é explicado pela maior originação de grãos com a safra 20/21 recorde no RS e aumento no volume de negociações do produtor via barter (aquisição de insumos com pagamento em grãos) somado a expansão de área de cobertura.
- (iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita líquida totalizou R\$2.392.905 mil, correspondente a um aumento de 40,3% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$1.705.534 mil. Tal resultado é explicado pelo aumento do volume vendido, associado ao incremento da capacidade de produção de biodiesel em 2021, além do aumento dos preços ao longo do ano que contribuiu para o crescimento da receita.

### Custo das mercadorias e dos produtos vendidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos totalizou R\$4.638.263 mil, representando aumento de 77,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$2.612.260 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo totalizou R\$1.167.376 mil, correspondente a um aumento de 56,7% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$744.782 mil. Tal aumento se deu principalmente pelo forte aumento de preços de fertilizantes e defensivos e incremento no volume vendido.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo totalizou R\$1.300.633 mil, correspondente a um aumento de 180,5% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$463.637 mil. Tal aumento se deu principalmente pelo incremento de volume vendido e pelo aumento do custo unitário dos grãos originados.
- (iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo totalizou R\$2.056.383 mil, correspondente a um aumento de 50,8% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$1.363.492 mil. Tal aumento se deu principalmente pelo aumento nos preços das principais matérias primas na produção do biodiesel.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o ajuste ao valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities, não alocado a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, totalizou uma despesa de R\$113.871 mil, correspondente a um aumento de 182,2% comparado ao ano de 2020. Tal aumento se deu principalmente pelo menor nível de barter realizado pelo produtor na safra 21/22 comparado a safra 20/21, e que resultou em uma menor quantidade de CPR (Cédulas do Produtor Rural) e impactando sobre a variação do ajuste ao valor justo entre os períodos.

### Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto ajustado totalizou R\$814.925 mil, representando aumento de 50,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$540.528 mil. A margem bruta ajustada foi de 15,3%, redução de 2,1 p.p. em relação ao ano anterior. Tal resultado decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto antes do ajuste a valor justo totalizou R\$366.740 mil, correspondente a um aumento de 122,9% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$164.508 mil. A margem bruta do segmento de insumos foi de 23,9%, aumento de 5,8 p.p. comparado a 2020. Tal resultado se deu principalmente pelo incremento no volume vendido, além da melhora no mix de produtos e eficiência sobre a compra dos insumos agrícolas.
- (ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto antes do ajuste a valor justo totalizou R\$111.663 mil, correspondente a um aumento de 228,6% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$33.978 mil. A margem bruta do segmento de grãos foi de 7,9%, aumento de 1,1 p.p. comparado a 2020. Tal resultado se deu principalmente pelo incremento no volume vendido com destaque para a cultura da soja, que tivemos safra 20/21 recorde no Rio Grande do Sul, além da boa safra do trigo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto, antes do ajuste a valor justo totalizou R\$336.522 mil, correspondente a uma diminuição de 1,6% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$342.042 mil. A margem bruta do segmento da indústria foi de 14,1%, redução de 6,0 p.p. comparado a 2020. Tal resultado se deu principalmente pela pressão nos preços do biodiesel por conta da variação da taxa de mistura do biodiesel no óleo diesel encerrando o ano em B10, e aumento dos custos de produção.

Em adição às variações acima, o lucro bruto foi impactado pelo aumento na despesa relativa ao ajuste ao valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities, não alocada a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme descrito na seção anterior, e encerrou o ano de 2021 com um lucro bruto de R\$701.054 mil, apresentando crescimento de 40,2% em relação a 2020. A margem bruta foi de 13,2%, redução de 2,9 p.p. em relação a 2020.

### **Despesas e Receitas (despesas) Operacionais**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas totalizaram R\$347.460 mil, com aumento de 101,2% em relação a 2020, influenciadas principalmente pela expansão de novas lojas com maior despesas com pessoal, além do aumento das despesas com frete devido a maior venda de insumos e originação de grãos em lojas distribuídas pelo RS. Outro fator que impactou no aumento das despesas, especificamente em despesas gerais e administrativas, foi a aprovação do primeiro programa de *stock option* aos executivos. Quando analisadas como percentual da receita operacional líquida, representaram 6,5% (5,5% em 2020), aumento de 1,0 p.p. comparado a 2020. Se ajustadas as despesas na mesma base de comparação (3tentos + Tentos do Sul), tivemos aumento de 74,2% das despesas, e aumento de 0,1 p.p. se analisadas como percentual da receita operacional líquida.

### **Resultado Operacional**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o nosso resultado operacional foi de R\$353.594 mil, representando aumento de 8,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando o nosso resultado operacional foi de R\$327.475 mil. Tal aumento se deu pelos fatores apresentados acima.

### **Resultado financeiro**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o nosso resultado financeiro foi positivo em R\$26.243 mil (negativo em R\$72.032 mil em 2020). Tal variação se deu principalmente pelo rendimento das aplicações financeiras com os recursos captados no IPO, e descontos obtidos na antecipação de pagamentos junto a fornecedores.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Imposto de renda e contribuição social**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, registramos um crédito tributário de R\$50.469 mil sobre imposto de renda e contribuição social, comparado a uma despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$9.180 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal variação decorreu, principalmente pelo imposto diferido sobre prejuízo fiscal diferido e base negativa de contribuição social.

**Lucro líquido do período**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o nosso lucro líquido foi de R\$430.306 mil, representando um aumento de 74,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando o nosso lucro líquido foi de R\$246.263 mil. Tal resultado é decorrente do crescimento em todos os três segmentos, além dos fatores comentados nas seções anteriores.

**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
<b>Receita</b>	<b>3.112.439</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.225.020</b>	<b>100,0%</b>	<b>39,9%</b>
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(2.612.260)	(83,9)%	(1.910.057)	(85,8)%	36,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>500.179</b>	<b>16,1%</b>	<b>314.963</b>	<b>14,2%</b>	<b>58,8%</b>
Despesas e Receitas (despesas) Operacionais	(172.704)	(5,5)%	(167.767)	(7,5)%	2,9%
Despesas de vendas	(178.161)	(5,7)%	(177.172)	(8,0)%	0,6%
Despesas administrativas	(19.755)	(0,6)%	(16.848)	(0,8)%	17,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	25.212	0,8%	26.253	1,2%	(4,0)%
<b>Resultado operacional</b>	<b>327.475</b>	<b>10,5%</b>	<b>147.196</b>	<b>6,6%</b>	<b>122,5%</b>
Resultado financeiro	(72.032)	(2,3)%	(21.027)	(0,9)%	242,6%
Receitas financeiras	106.138	3,4%	68.137	3,1%	55,8%
Despesas financeiras	(178.170)	(5,7)%	(89.164)	(4,0)%	99,8%
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>	<b>255.443</b>	<b>8,2%</b>	<b>126.169</b>	<b>5,7%</b>	<b>102,5%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(9.180)	(0,3)%	(5.350)	(0,2)%	71,6%
Corrente	(24.491)	(0,8)%	18	0,0%	N/A
Diferido	15.311	0,5%	(5.368)	(0,2)%	N/A
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>246.263</b>	<b>7,9%</b>	<b>120.819</b>	<b>5,4%</b>	<b>103,8%</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Receita

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a nossa receita líquida totalizou R\$3.112.439 mil, representando aumento de 39,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$2.225.020 mil. Tal aumento se deu, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida do segmento de insumos totalizou R\$909.290 mil, correspondente a um aumento de 28,5% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$707.818 mil. Tal aumento se deu, principalmente, pelo fato do crescimento de lojas, volume de vendas e consequente aumento do *market share* da Companhia.
- (ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida do segmento de grãos totalizou R\$497.615 mil, correspondente a um aumento de 9,5% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$454.643 mil. Tal aumento se deu, principalmente em decorrência do incremento dos preços das *commodities*.
- (iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida do segmento de indústria totalizou R\$1.705.534 mil, correspondente a um aumento de 60,5% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$1.062.559 mil. Tal aumento se deu, principalmente, em decorrência do incremento de volume de biodiesel e farelo de soja, possibilitado pelo aumento da utilização da capacidade de produção das nossas duas fábricas decorrente de investimentos realizados pela Companhia, além do aumento do preço do biodiesel e farelo de soja.

Com relação ao total da nossa receita líquida, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os nossos Diretores esclarecem que as vendas de insumos realizadas pela Companhia à Tentos do Sul corresponderam a R\$238.000 mil e R\$181.193 mil, respectivamente. Para mais informações sobre os resultados da Tentos do Sul, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

### Custos das mercadorias e dos produtos vendidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos totalizou R\$2.612.260 mil, representando aumento de 36,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$1.910.057 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de insumos totalizou R\$744.782 mil, correspondente a um aumento de 35,3% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$550.545 mil. Tal aumento se deu,

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

principalmente, pelo incremento das mercadorias que vendemos e aumento do custo unitário que foi acrescido em razão da variação do câmbio.

- (ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de grãos totalizou R\$463.637 mil, correspondente a um aumento de 13,3% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$409.367 mil. Tal aumento se deu, principalmente, pelo incremento de volume vendido e pelo aumento do custo unitário dos grãos originados.
- (iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de indústria totalizou R\$1.363.492 mil, correspondente a um aumento de 44,0% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$946.585 mil. Tal aumento se deu, principalmente, pelo incremento de volume de biodiesel e farelo de soja e pelo aumento do custo desses produtos.
- (iv) **Valor justo;** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o ajuste ao valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a *commodities*, não alocado a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, totalizou uma despesa de R\$40.349 mil, correspondente a um aumento de 1.033,4% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$3.560 mil. Tal aumento se deu, principalmente, pelo aumento do preço das *commodities*.

Como observado no item 10.9 deste Formulário de Referência, os valores auferidos na Companhia referentes à compra de grãos da Tentos do Sul foram contabilizados como custo das mercadorias e dos produtos vendidos pela Companhia, de forma que os valores acima já refletem essa contabilização.

### Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto totalizou R\$500.179 mil, representando aumento de 58,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$314.963 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto antes do ajuste a valor justo do segmento de insumos totalizou R\$164.508 mil, correspondente a um aumento de 4,6% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$157.273 mil. Tal aumento se deu, principalmente, pelo fato do volume de vendas de mercadorias ter aumentado, a despeito da queda de margens do segmento. Tal queda ocorreu em função da diminuição do volume vendido de defensivos agrícolas, produto responsável por maiores margens dentro do segmento, em razão da quebra da safra causada por condições climáticas adversas, no ano de 2020.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto antes do ajuste a valor justo do segmento de grãos totalizou R\$33.978 mil, correspondente a uma diminuição de 25,0% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$45.276 mil. Tal diminuição se deu, principalmente, pelo fato de termos um menor volume originado de grãos e o aumento do custo de originação decorrente do aumento de preço das *commodities*.
- (iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto, antes do ajuste a valor justo do segmento de indústria totalizou R\$342.042 mil, correspondente a um aumento de 194,9% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$115.974 mil. Tal aumento se deu essencialmente pelo aumento de preço dos produtos deste segmento (biodiesel e farelo de soja).

Em adição às variações acima, o lucro bruto foi impactado pelo aumento na despesa relativa ao ajuste ao valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a *commodities*, não alocada a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme descrito na seção anterior.

### Despesas e Receitas (despesas) Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas de venda, na sua grande maioria variável em relação à Receita Líquida, foram de R\$178.161 mil, representando aumento de 0,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando houve despesas de venda de R\$177.172 mil. Tal aumento foi pouco expressivo quando comparado com o crescimento da receita no mesmo período, tendo em vista que este crescimento deu-se principalmente no segmento da indústria, no qual as despesas de vendas são menos representativas que no segmento de insumos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as nossas despesas administrativas foram de R\$19.755 mil, representando aumento de 17,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando houve despesas administrativas de R\$16.848 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, da adequação da estrutura de despesas necessárias para suportar o nosso crescimento com maior número de lojas para atender os nossos clientes.

### Resultado Operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o nosso resultado operacional foi de R\$327.475 mil, representando aumento de 122,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o nosso resultado operacional foi de R\$147.196 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, em razão da diminuição das nossas despesas e dos nossos custos e do aumento da receita, conforme explicado acima.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Resultado financeiro**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o nosso resultado financeiro foi uma despesa financeira líquida em R\$72.032 mil, representando um aumento de 242,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando a nossa despesa financeira líquida foi de R\$21.027 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, do aumento (i) da variação cambial passiva, líquida, no montante de R\$21.117 mil; (ii) das despesas com swap cambial líquida no valor de R\$6.963 mil; e (iii) das despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R\$12.761 mil, quando comparado o exercício de 2020 e 2019.

**Imposto de renda e contribuição social**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social foi de R\$9.180 mil, representando uma variação de 71,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o imposto de renda e contribuição social foi de R\$5.350 mil. Tal variação ocorreu em razão do aumento do lucro antes de impostos sobre o lucro.

**Lucro líquido do exercício**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o nosso lucro líquido foi de R\$246.263 mil, representando um aumento de 103,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o nosso lucro líquido foi de R\$120.819 mil. Tal variação ocorreu em razão da melhora das margens e ganho de escala, diluindo os custos fixos, conforme mencionado nos itens acima.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS****COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.354.305</b>	<b>76,3%</b>	<b>1.770.014</b>	<b>76,2%</b>	<b>89,5%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	351.590	8,0%	252.692	10,9%	39,1%
Aplicações financeiras	739.002	16,8%	-	-	N/A
Contas a receber de clientes	701.919	16,0%	634.246	27,3%	10,7%
Impostos a recuperar	63.576	1,4%	45.169	1,9%	40,8%
Adiantamentos	686	0,0%	12.392	0,5%	(94,5%)
Estoques	1.426.503	32,5%	783.523	33,8%	82,1%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Instrumentos financeiros	25.089	0,6%	6.869	0,3%	265,2%
Despesas antecipadas	9.662	0,2%	1.395	0,1%	592,6%
Partes relacionadas	5.733	0,1%	7.267	0,3%	(21,1%)
Outros	30.545	0,7%	26.461	1,1%	15,4%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>1.041.296</b>	<b>23,7%</b>	<b>551.359</b>	<b>23,8%</b>	<b>88,9%</b>
Impostos a recuperar	122.059	2,8%	121.959	5,3%	0,1%
Depósitos judiciais	214	0,0%	290	0,0%	(26,2%)
Impostos diferidos	92.187	2,1%	-	-	N/A
Partes relacionadas	17.400	0,4%	19.786	0,9%	(12,1%)
Outros	1.092	0,0%	1.504	0,1%	(27,4%)
Direito de uso em arrendamentos	13.580	0,3%	926	0,0%	1.366,5%
Imobilizado	779.552	17,7%	406.564	17,5%	91,7%
Intangível	455	0,0%	330	0,0%	37,9%
<b>Total do ativo</b>	<b>4.395.601</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.321.373</b>	<b>100,0%</b>	<b>89,4%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.831.275</b>	<b>41,7%</b>	<b>1.365.036</b>	<b>58,8%</b>	<b>34,2%</b>
Fornecedores	1.225.903	27,9%	866.549	37,3%	40,7%
Instrumentos financeiros	39.402	0,9%	26.788	1,2%	41,5%
Empréstimos e financiamentos	488.866	11,1%	406.155	17,5%	20,4%
Adiantamentos de clientes	8.789	0,2%	5.331	0,2%	64,9%
Passivo de arrendamento	4.204	0,1%	687	0,0%	511,9%
Obrigações fiscais	13.803	0,3%	17.441	0,8%	(20,9%)
Obrigações trabalhistas	28.503	0,6%	19.513	0,8%	34,2%
Parcelamentos tributários	1.314	0,0%	1.459	0,1%	(9,9%)
Outras obrigações	20.491	0,5%	21.113	0,9%	(2,9%)
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>328.086</b>	<b>7,5%</b>	<b>244.205</b>	<b>10,5%</b>	<b>34,3%</b>
Empréstimos e financiamentos	310.834	7,1%	235.400	10,1%	32,0%
Passivo de arrendamento	9.669	0,2%	307	0,0%	3.049,5%
Parcelamentos tributários	5.276	0,1%	6.785	0,3%	(22,2%)
Impostos diferidos	-	-	145	0,0%	(100,0%)
Provisões para litígios	2.307	0,1%	1.568	0,1%	47,1%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.236.240</b>	<b>50,9%</b>	<b>712.132</b>	<b>30,7%</b>	<b>214,0%</b>
Capital social	1.506.212	34,3%	400.000	17,2%	276,6%
Ajustes de avaliação patrimonial	3.900	0,1%	4.847	0,2%	(19,5%)
Reserva de Capital	13.311	0,3%	-	-	N/A
Reserva de lucros	712.817	16,2%	295.485	12,7%	141,2%
Dividendos adicionais propostos	-	-	11.800	0,5%	(100,0%)
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>4.395.601</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.321.373</b>	<b>100,0%</b>	<b>89,4%</b>

**Ativo Circulante**Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do caixa e equivalentes de caixa era de R\$351.590 mil, comparado a R\$252.692 mil, em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento de 39,1% é resultado, principalmente, da captação de recursos realizada via IPO e manutenção do capital de giro.

Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de aplicações financeiras era de R\$739.002 mil, sendo que em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía esse tipo de aplicação financeira. Tal aumento é resultado, principalmente, da captação de recursos realizada via IPO.

Contas a Receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo das nossas contas a receber de clientes era de R\$701.919 mil comparado a R\$634.246 mil em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento de 10,7%, é explicado pelo incremento nas vendas de insumos.

Adiantamentos

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso saldo de adiantamentos era de R\$686 mil comparado a R\$12.392 mil, em 31 de dezembro de 2020. Tal redução de 94,5%, tem como principal razão a sazonalidade das safras e necessidade de antecipar a compra de grãos.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso saldo de estoques era de R\$1.426.503 mil comparado a R\$783.523 mil em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento de 82,1%, tem como principal razão a originação de grãos, principalmente pela safra de soja.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso saldo de instrumentos financeiros era de R\$25.089 mil comparado a R\$6.869 mil em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento de 265,2%, tem como principal razão o aumento do número de contratos em razão da estratégia de hedge da Companhia.

### **Ativo Não Circulante**

#### Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de partes relacionadas do ativo não circulante era de R\$17.400 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2020, era de R\$19.786 mil. Tal redução de 12,1%, tem como principal razão a atualização da dívida conforme contrato.

#### Direito de Uso em Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso ativo de direito de uso em arrendamento era de R\$13.580 mil, comparado a R\$926 mil em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento de 1.366,5%, tem como principal razão a contratação de ativos arrendados.

#### Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso saldo de imobilizado era de R\$779.552 mil, comparado a R\$406.564 mil em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento de 91,7%, tem como principal razão a contínua expansão da Companhia.

### **Passivo Circulante**

#### Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fornecedores era de R\$1.225.903 mil, comparado a R\$866.549 mil em 31 de dezembro de 2020, um acréscimo de 40,7%. Este aumento deve-se, principalmente ao aumento de fornecedores de grãos, devido à origem e sazonalidade da safra.

#### Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de instrumentos financeiros era de R\$39.402 mil comparado a R\$26.788 mil em 31 de dezembro de 2020, correspondente a um aumento de 41,5%. Este aumento deve-se, principalmente, ao aumento do preço de contratos a termo de commodities.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso saldo de empréstimos e financiamentos era de R\$488.866 mil, comparado a R\$406.155 mil, em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento de 20,4%, tem como principal razão o fato de acompanhar a necessidade de crescimento e disponibilidade de caixa para a safra.

Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso saldo de adiantamentos de clientes era de R\$8.789 mil, comparado a R\$5.331 mil, em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento de 64,9% tem como principal razão o incremento de adiantamentos para compras de bens e insumos, em razão da demanda dos clientes da Companhia.

Obrigações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso saldo de obrigações trabalhistas era de R\$28.503 mil, comparado a R\$19.513 mil, em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento de 34,2%, tem como principal razão o aumento do quadro de pessoal com a expansão das nossas unidades comerciais.

**Passivo Não Circulante**Empréstimos e Financiamento

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso saldo de empréstimos e financiamentos não circulante era de R\$310.834 mil, comparado a R\$235.400 mil, em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento de 32,0%, tem como principal razão o fato de acompanhar a necessidade de crescimento da Companhia.

**Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso patrimônio líquido era de R\$2.236.240 mil, comparado a R\$712.132 mil em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento de 214,0%, tem como principal razão o aumento do capital social devido a oferta pública inicial de ações realizada em julho de 2021 e ao lucro líquido do período.

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.770.014</b>	<b>76,2%</b>	<b>1.119.831</b>	<b>73,5%</b>	<b>58,1%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	252.692	10,9%	163.970	10,8%	54,1%
Contas a receber de clientes	634.246	27,3%	436.741	28,7%	45,2%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Impostos a recuperar	45.169	1,9%	27.565	1,8%	63,9%
Adiantamentos	12.392	0,5%	10.186	0,7%	21,7%
Estoques	783.523	33,8%	443.972	29,1%	76,5%
Instrumentos financeiros	6.869	0,3%	7.130	0,5%	(3,7)%
Despesas antecipadas	1.395	0,1%	1.240	0,1%	12,5%
Partes relacionadas	7.267	0,3%	8.944	0,6%	(18,8)%
Outros	26.461	1,1%	20.083	1,3%	31,8%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>551.359</b>	<b>23,8%</b>	<b>404.195</b>	<b>26,5%</b>	<b>36,4%</b>
Impostos a recuperar	121.959	5,3%	108.089	7,1%	12,8%
Depósitos judiciais	290	0,0%	274	0,0%	5,8%
Impostos diferidos	-	-	6.276	0,4%	(100,0)%
Partes relacionadas	19.786	0,9%	23.548	1,5%	(16,0)%
Outros	1.504	0,1%	3.500	0,2%	(57,0)%
Direito de uso em arrendamentos	926	0,0%	3.827	0,3%	(75,8)%
Imobilizado	406.564	17,5%	258.195	16,9%	57,5%
Intangível	330	0,0%	486	0,0%	(32,1)%
<b>Total do ativo</b>	<b>2.321.373</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.524.026</b>	<b>100,0%</b>	<b>52,3%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.365.036</b>	<b>58,8%</b>	<b>991.564</b>	<b>65,1%</b>	<b>37,7%</b>
Fornecedores	866.549	37,3%	635.955	41,7%	36,3%
Instrumentos financeiros	26.788	1,2%	994	0,1%	2.595,0%
Empréstimos e financiamentos	406.155	17,5%	297.188	19,5%	36,7%
Adiantamentos de clientes	5.331	0,2%	17.567	1,2%	(69,7)%
Passivo de arrendamento	687	0,0%	2.950	0,2%	(76,7)%
Obrigações fiscais	17.441	0,8%	13.872	0,9%	25,7%
Obrigações trabalhistas	19.513	0,8%	11.196	0,7%	74,3%
Parcelamentos tributários	1.459	0,1%	711	0,0%	105,2%
Outras obrigações	21.113	0,9%	11.131	0,7%	89,7%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>244.205</b>	<b>10,5%</b>	<b>132.641</b>	<b>8,7%</b>	<b>84,1%</b>
Empréstimos e financiamentos	235.400	10,1%	126.492	8,3%	86,1%
Passivo de arrendamento	307	0,0%	1.019	0,1%	(69,9)%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Parcelamentos tributários	6.785	0,3%	3.574	0,2%	89,8%
Impostos diferidos	145	0,0%	-	-	N/A
Provisões para litígios	1.568	0,1%	1.556	0,1%	0,8%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>712.132</b>	<b>30,7%</b>	<b>399.821</b>	<b>26,2%</b>	<b>78,1%</b>
Capital social	400.000	17,2%	200.000	13,1%	100,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	4.847	0,2%	5.794	0,4%	(16,3)%
Reserva de lucros	295.485	12,7%	194.027	12,7%	52,3%
Dividendos adicionais propostos	11.800	0,5%	-	-	N/A
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>2.321.373</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.524.026</b>	<b>100,0%</b>	<b>52,3%</b>

**Ativo Circulante**Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 252.692 mil comparado a R\$163.970 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 54,1%, tem como principal razão o fato de acreditarmos que em 2021 teremos uma safra maior, em comparação com 2020, o que acarretará em uma maior necessidade de caixa para fazer frente a estas aquisições. Este aumento de caixa permitirá o aumento do nosso volume de origem de grãos para abastecimento da indústria, assim como atendimento a demanda de fixação de preços a curto prazo, além de fazer frente a oportunidades de negociações, caracterizando assim um aumento da necessidade de maior investimento em nosso capital de giro operacional.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das nossas contas a receber de clientes era de R\$634.246 mil comparado a R\$436.741 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 45,2%, é explicado pelo incremento nas vendas de insumos e previsão de recebimento dos insumos no final da safra.

Adiantamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de adiantamentos era de R\$12.392 mil comparado a R\$10.186 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 21,7%, tem como principal razão o incremento de adiantamentos para compras de bens e insumos, em razão da demanda dos clientes da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Estoques

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de estoques era de R\$783.523 mil comparado a R\$443.972 mil em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 76,5%, tem como principal razão a manutenção de níveis adequados de grãos para atender a nossa indústria fazendo frente ao aumento do volume de moagem. Adicionalmente ao maior volume de *commodities* em estoque, os preços de grãos aumentaram consideravelmente em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

### Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de instrumentos financeiros era de R\$6.869 mil comparado a R\$7.130 mil em 31 de dezembro de 2019. Tal diminuição de 3,7%, tem como principal razão a estratégia adotada por meio dos contratos de *hedge* da Companhia.

### **Ativo Não Circulante**

#### Direito de Uso em Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo era de R\$926 mil, comparado a R\$3.827 mil em 31 de dezembro de 2019. Tal diminuição de 75,8%, tem como principal razão a baixa de ativos arrendados durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

#### **Partes Relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de partes relacionadas do ativo não circulante era de R\$19.786 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 23.548 mil, sendo a redução correspondente ao valor recebido no exercício de 2020. Os saldos em aberto no encerramento dos exercícios correspondem a valores a receber da empresa Sinuelo Participações Ltda.

### Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de imobilizado era de R\$406.564 mil, comparado a R\$258.195 mil em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 57,5% é explicado, principalmente pela incorporação da Tentos do Sul, abertura de novas filiais e aumento da capacidade produtiva da nossa fábrica localizada na cidade de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul durante o exercício social encerrado em 2020. Para informações adicionais referentes à Tentos do Sul, fazer referência à seção "10.9. Outros fatores com influência relevante".



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Passivo Circulante

#### Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de fornecedores era de R\$ 866.549 mil, comparado com R\$635.955 mil em 31 de dezembro de 2019, um acréscimo de 36,3% ou R\$230.594 mil. Este aumento deve-se, principalmente ao aumento da compra de grãos, para atender a demanda da indústria, além do aumento do valor das *commodities* em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

#### Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de Instrumentos Financeiros era de R\$26.788 mil comparada com R\$994 mil em 31 de dezembro de 2019, correspondente a um acréscimo de R\$25.794 mil. Este aumento deve-se, principalmente, ao aumento do preço e do volume de contratos a termo de *commodities*.

#### Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de empréstimos e financiamentos era de R\$406.155 mil, comparado a R\$297.188 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 36,7%, tem como principal razão a captação de empréstimos e financiamentos para financiar o aumento de investimento em capital de giro operacional, como por exemplo, aumento de compra de soja de modo a suprir o aumento do volume de moagem.

#### Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de adiantamentos de clientes era de R\$5.331 mil, comparado a R\$17.567 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal diminuição de 69,7%, tem como principal razão maiores incertezas a respeito do cenário econômico, explicadas em grande parte pela pandemia da COVID-19.

#### Obrigações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de obrigações trabalhistas era de R\$19.513 mil, comparado a R\$11.196 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 74,3% é explicado pela incorporação da Tentos do Sul, expansão da nossa fábrica localizada na cidade de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, abertura de novas unidades e consequente aumento do quadro de pessoal. Para informações adicionais referentes à Tentos do Sul, fazer referência à seção "10.9. Outros fatores com influência relevante".

### Passivo Não Circulante

#### Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de empréstimos e financiamentos não circulante era de R\$235.400 mil, comparado a R\$126.492 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 86,1%, tem como

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

explicações a captação de empréstimos e financiamentos para financiar o aumento de investimento em (i) capital de giro operacional (suprir aumento do volume de moagem); e (ii) expansão dos negócios, como a expansão da capacidade produtiva da nossa fábrica localizada na cidade de Cruz Alta, bem como a abertura de novas lojas.

### Parcelamentos tributários

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de parcelamentos tributários era de R\$6.785 mil, comparado a R\$3.574 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 89,8%, tem como principal razão a nossa adesão ao programa de parcelamento de ICMS.

### **Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso patrimônio líquido era de R\$712.132 mil, comparado a R\$399.821 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de 78,1%, tem como principal razão a apropriação do resultado do exercício e a incorporação da Tentos do Sul. Para informações adicionais referentes à Tentos do Sul, fazer referência à seção "10.9. Outros fatores com influência relevante".

### Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso Capital Social era de R\$ 400.000 mil comparado com R\$ 200.000 mil, em 31 de dezembro de 2019. Em 30 de novembro de 2020, houve aumento no capital social no valor de R\$ 10.000 mil, sendo R\$ 1.000 mil referente incorporação da coligada (Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda.) e R\$9.000 mil mediante capitalização de créditos que os acionistas possuíam junto a Companhia. Em 28 dezembro de 2020, houve novo aumento de capital por meio da incorporação de reserva de incentivos fiscais no valor de R\$190.000 mil.

### **FLUXO DE CAIXA**

A tabela abaixo apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

### **COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 2021, 2020 E 2019**

(em R\$ milhares)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>105.523</b>	<b>79.979</b>	<b>19.822</b>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.123.540)</b>	<b>(73.998)</b>	<b>(59.204)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>1.116.915</b>	<b>82.741</b>	<b>72.023</b>
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>98.898</b>	<b>88.722</b>	<b>32.641</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais foi de R\$105.523 mil, representando uma variação de R\$25.544 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando houve caixa líquido utilizado nas atividades operacionais R\$79.979 mil. Tal variação decorreu, principalmente, pela melhora do lucro líquido.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais foi de R\$79.979 mil, representando um aumento de R\$60.157 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando houve geração de caixa de R\$19.822 mil. Tal variação decorreu, principalmente, pelo aumento de nosso resultado operacional em decorrência do aumento de nossas atividades.

### ***Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido utilizado nas nossas atividades de investimento foi de R\$1.123.540 mil, representando um aumento de R\$1.049.542 mil quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal variação decorreu, principalmente pela aplicação dos recursos captados na oferta inicial de ações da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido utilizado nas nossas atividades de investimento foi de R\$73.998 mil, representando um aumento de R\$14.794 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento decorreu, principalmente, de aquisição de imobilizado, novas unidades e aumento da capacidade de produção da fábrica localizada na cidade de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

### ***Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido gerado pelas nossas atividades de financiamento foi de R\$1.116.915 mil, representando aumento de R\$1.034.174 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal variação decorreu, principalmente, pela captação de recursos através da oferta inicial de ações da Companhia realizada em julho de 2021.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido gerado pelas nossas atividades de financiamento foi de R\$82.741 mil, representando aumento de R\$10.718 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento decorreu, principalmente, pela diminuição nos pagamentos de empréstimos e financiamentos.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****a) Resultados das operações da Companhia**

Possuímos três segmentos operacionais. Para mais informações sobre os nossos segmentos, vide item 7.2 deste Formulário de Referência.

**a. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Entendemos que os principais componentes da nossa receita são:

- (i) Insumos: em que se destaca o varejo de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes e defensivos);
- (ii) Grãos: em que se destacam a originação e a comercialização de soja, milho e trigo; e
- (iii) Indústria: em que se destaca a produção de casca, óleo, farelo de soja e biodiesel.

Para referência, a tabela abaixo demonstra a receita por cada segmento da Companhia:

	Exercício social encerrado em 31/12/2021		Exercício social encerrado em 31/12/2020		Exercício social encerrado em 31/12/2019	
(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
<b>Insumos</b>	1.534.116	28,7%	909.290	29,2%	707.818	31,8%
<b>Grãos</b>	1.412.296	26,5%	497.615	16,0%	454.643	20,4%
<b>Indústria</b>	2.392.905	44,8%	1.705.534	54,8%	1.062.559	47,8%
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>5.339.317</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.112.439</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.225.020</b>	<b>100,0%</b>

**ii Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais**

A subvenção para investimentos da Companhia (benefício fiscal), foi de R\$123.300 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, R\$75.333 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e R\$52.292 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**Tributação**

Os resultados das nossas operações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

A tributação no nosso ramo de atuação varia de acordo com uma série de fatores, a depender dos produtos, matérias-primas, destinos e origens. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os produtos mais relevantes para a Companhia foram: farelo de soja (24% da nossa receita líquida), biodiesel (21% da

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

nossa receita líquida), trading de soja (20% da nossa receita líquida e proteção de cultivos (15% da nossa receita líquida).

Os impostos incidentes sobre as vendas nas operações, basicamente são: ICMS e PIS/Cofins, contudo com carga reduzida, isenta ou alíquota zero, conforme determina a legislação vigente.

O biodiesel possui crédito presumido de PIS/COFINS, o qual por algumas vezes, nos torna credores, pois este crédito varia de acordo com o preço de venda do biodiesel. O fato de adquirirmos matérias primas diretamente do agricultor familiar (pessoa física), traz benefícios tributários.

Além dos regimes e benefícios apontados acima, também usufruímos dos benefícios de subvenção de ICMS para Investimentos. Esses incentivos reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas as condições estabelecidas na legislação tributária.

Os demais incentivos fiscais que estamos sujeitos, estão descritos no item 7.9 do Formulário de Referência.

### **Preços de *commodities***

Nossos resultados são diretamente afetados pelos preços das *commodities*, especialmente os preços da soja em grãos, óleo de soja e biodiesel, que são afetados pela dinâmica da oferta e da demanda relacionada a produção e consumo de combustíveis e a produção e consumo de soja no mundo e no Brasil. Os preços das *commodities*, globalmente e no Brasil, têm sido historicamente cíclicos e sensíveis as mudanças nacionais e internacionais de oferta e demanda. Como resultado da volatilidade dos preços das *commodities*, nossos resultados podem flutuar e podemos enfrentar períodos de queda nos preços de nossos produtos e aumento dos custos de nossas matérias-primas, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

### **Sazonalidade**

Sazonalidade também é um fator importante que impacta os preços da soja. O período da colheita é entre março e abril, sendo marcado pelo aumento da oferta e a consequente diminuição dos preços da soja. Cabe ressaltar que fatores internacionais também influenciam diretamente os preços comercializados no mercado interno (*basis*), como por exemplo, a guerra comercial entre China e EUA, o qual pressionou a demanda da oleaginosa no Brasil nos últimos anos.

### **Taxa de Câmbio**

Os nossos resultados operacionais são significativamente afetados pelas flutuações das taxas de câmbio, visto que, as recentes desvalorizações do real frente a moeda norte-americana permitiram o crescimento das receitas das vendas para o mercado externo. Adicionalmente, a formação de preços na comercialização do mercado interno das *commodities* do complexo soja são diretamente impactadas pelo câmbio.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****a) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A nossa receita de venda está diretamente relacionada as variações de preços dos produtos e variações das quantidades de mercadorias vendidas. Sendo assim, variações na taxa de câmbio, juros e inflação não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita.

**b) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Crescimento do PIB.....	4,6%	-3,9%	1,2%
Inflação (IGP-M).....	17,8%	23,1%	7,3%
Inflação (IPCA) .....	10,1%	4,5%	4,3%
Taxa de câmbio no final do exercício por US\$ 1,00	R\$5,581	R\$5,197	R\$4,031
Taxa de câmbio média por US\$ 1,00	R\$5,395	R\$5,157	R\$3,946

Fontes: IBGE, Banco Central Brasileiro, B3 e FGV.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, porém, um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária****Incorporação, aumento de capital e reorganização societária**

Em 30 de novembro de 2020, foi realizada a incorporação total da Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda., pela Companhia, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, em 04 de janeiro 2021. Foi aprovado também o aumento de capital social da Companhia em R\$10.000.000,00, mediante a emissão de 10.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, passando seu capital social para R\$210.000.000,00. Para mais informações sobre a Tentos do Sul, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Em 1º de dezembro de 2020, a Companhia por meio de Assembleia Geral Extraordinária, incorporou parte do acervo cindido da Sinuelo Participações Ltda. ("Sinuelo"), até então controladora da Companhia, o qual era composto pelas ações ordinárias nominativas da própria Companhia. Em decorrência da incorporação e em substituição à acionista Sinuelo, foi aprovado o ingresso dos sócios da Sinuelo na Companhia.

Em 28 de dezembro de 2020, a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária, por meio da qual os acionistas aprovaram um novo aumento de capital da Companhia, de R\$190.000.000,00 (mediante a capitalização de reserva de incentivos fiscais, passando seu capital social de R\$210.000.000,00 para R\$400.000.000,00, com a emissão de 190.000.000 novas ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, distribuído na proporção do seu capital social, sendo este o capital social atual.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou nossas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas nossas demonstrações financeiras ou nos nossos resultados.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

#### Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As perdas estimadas em créditos são constituídas com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para fazer frente a eventuais perdas na realização desses créditos.

#### Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos

Os estoques e compromissos de compra e venda de *commodities* agrícolas comercializáveis, determinados contratos de compra e venda a termo contratos de futuros e opções de compra e venda de balcão negociados em bolsas de valores são mensurados a valor justo. As *commodities* comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores na qual opera, ajustados para refletir diferenças em mercados locais. As variações nos valores de mercado desses estoques e contratos são reconhecidas na demonstração do resultado. Caso a administração utilize diferentes métodos ou fatores para estimar o valor de mercado, os valores contabilizados nos estoques e no resultado poderiam ser significativamente diferentes. Outrossim, se as condições de mercado sofrerem alterações relevantes subsequentemente ao encerramento do exercício, os valores reportados em períodos futuros como estoques e resultado poderiam ser significativamente diferentes.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Revisamos as nossas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

#### Provisões para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, litígios e PDD. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as



## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais recebidas por nós correspondem a:

- incentivos fiscais estaduais de ICMS; e
- incentivos fiscais federais de PIS e COFINS.

As subvenções estaduais têm a natureza de subvenção para investimento, enquanto a subvenção federal tem natureza de subvenção para custeio.

Esses incentivos reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas as condições estabelecidas na legislação tributária.

### *Incentivos Fiscais Estaduais*

- ***Crédito presumido de ICMS***

Apuramos crédito presumido de ICMS, conforme decreto 37.699/97, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, calculado com base em 57% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel, desde que a matéria prima utilizada tenha origem em referido Estado. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do período, foi de R\$ 47.344 mil, enquanto em 2020 o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício, foi de R\$42.497 mil (R\$16.707 mil em 31 de dezembro de 2019 e R\$24.928 mil em 31 de dezembro de 2018).

- ***Isenção e redução de base de cálculo do ICMS***

As subvenções governamentais recebidas por nós correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram observadas por nós.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, o montante total relativo a este incentivo foi de R\$ 179.240 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2020, o montante total relativo a este incentivo foi de R\$179.070 mil (R\$137.093 mil em 31 de dezembro de 2019 e R\$114.558 mil em 31 de dezembro de 2018).

Retificamos as nossas obrigações acessórias dos exercícios de 2015 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

imposto de renda e da contribuição social, reconhecendo o montante de R\$110.382 mil de créditos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior, dos quais R\$101.120 mil referem-se ao valor de principal e R\$9.261 mil aos juros e atualização monetária). Os valores estão apresentados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar e foram registrados nos respectivos anos de competência, totalizando R\$35.819 mil, em 31 de dezembro de 2019 e R\$42.817 mil em 31 de dezembro de 2018, sendo o saldo remanescente oriundo de exercícios anteriores a 2018.

Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, deveremos efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios apresentemos prejuízo fiscal ou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, deixamos de constituir reserva de incentivos fiscais, como ocorreu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que não constituímos reserva para incentivos fiscais, no montante de R\$148.594 mil por não haver lucro líquido suficiente para tanto. Conforme facultado pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, deveremos recompor a reserva para incentivos fiscais em exercício futuros. No período de nove meses, findo em 30 de setembro de 2021, não constituímos reserva para incentivos fiscais no montante de R\$ 111.217 mil por não haver lucro líquido suficiente para tanto.

*Incentivo Fiscal Federal*

- **Crédito presumido de PIS e COFINS**

Apuramos crédito presumido de PIS e COFINS, conforme lei federal 12.865 de 10/10.2013, disponível para as empresas que industrializam a soja em grão, calculado por meio da receita de venda de cada produto.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, o montante total relativo a este incentivo, foi de R\$53.136 mil, enquanto em 2020 o montante total relativo a este incentivo, foi de R\$51.553 mil (R\$33.663 mil em 31 de dezembro de 2019 e R\$25.788 mil em 31 de dezembro de 2018).

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

#### Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As perdas estimadas em créditos são constituídas com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para fazer frente a eventuais perdas na realização desses créditos.

#### Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos

Os estoques e compromissos de compra e venda de *commodities* agrícolas comercializáveis, determinados contratos de compra e venda a termo contratos de futuros e opções de compra e venda de balcão negociados em bolsas de valores são mensurados a valor justo. As *commodities* comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores na qual opera, ajustados para refletir diferenças em mercados locais. As variações nos valores de mercado desses estoques e contratos são reconhecidas na demonstração do resultado. Caso a administração utilize diferentes métodos ou fatores para estimar o valor de mercado, os valores contabilizados nos estoques e no resultado poderiam ser significativamente diferentes. Outrossim, se as condições de mercado sofrerem alterações relevantes subsequentemente ao encerramento do exercício, os valores reportados em períodos futuros como estoques e resultado poderiam ser significativamente diferentes.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Revisamos as nossas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Provisões para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, litígios e PDD. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais recebidas por nós correspondem a:

- incentivos fiscais estaduais de ICMS; e
- incentivos fiscais federais de PIS e COFINS.

As subvenções estaduais têm a natureza de subvenção para investimento, enquanto a subvenção federal tem natureza de subvenção para custeio.

Esses incentivos reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas as condições estabelecidas na legislação tributária.

#### *Incentivos Fiscais Estaduais*

- **Crédito presumido de ICMS**

Apuramos crédito presumido de ICMS, conforme decreto 37.699/97, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, calculado com base em 57% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel, desde que a matéria prima utilizada tenha origem em referido Estado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício, foi de R\$68.205 mil (R\$42.497 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e R\$16.707 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

- **Isenção e redução de base de cálculo do ICMS**

As subvenções governamentais recebidas por nós correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram observadas por nós.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício, foi de R\$294.441 mil (R\$179.070 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e R\$137.093 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

Retificamos as nossas obrigações acessórias dos exercícios de 2015 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do imposto de renda e da contribuição social, reconhecendo o montante de R\$110.382 mil de créditos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior, dos quais R\$101.120 mil referem-se ao valor de principal e R\$9.261 mil aos juros e atualização monetária). Os valores estão apresentados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar e foram registrados nos respectivos anos de competência.

Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, deveremos efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios a Companhia apresentou prejuízo fiscal ou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais no montante de R\$100.629 em 31 de dezembro de 2021 (R\$125.587 em 31 de dezembro de 2020). Conforme facultado pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá recompor a reserva para incentivos fiscais em exercício futuros.

### *Incentivo Fiscal Federal*

- ***Crédito presumido de PIS e COFINS***

Apuramos crédito presumido de PIS e COFINS, conforme lei federal 12.865 de 10/10.2013, disponível para as empresas que industrializam a soja em grão, calculado por meio da receita de venda de cada produto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado, foi de R\$73.782 mil (R\$51.553 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e R\$33.663 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há arrendamentos mercantis operacionais não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**(iv) Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### (a) Investimentos

#### (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, realizamos investimentos na aquisição de imobilizado de R\$384.538 mil em ampliações das lojas da Companhia com novos depósitos para grãos e insumos, além de ampliação e reforma da planta fabril de Cruz Alta e construção da nova fábrica no município de Vera, Mato Grosso.

Os nossos investimentos atuais e futuros estão em linha com o nosso plano de expansão orgânico que visa aumentar a cobertura de áreas agricultáveis no Estado do Rio Grande do Sul, instituindo novas lojas nas regiões da Fronteira Oeste do Estado, na região do Alto-Uruguai bem como na região dos Campos de Cima da Serra. O plano de crescimento para o segmento de grãos e insumos prevê implantação de 22 novas lojas que atendam o segmento de varejo e origem grãos para o segmento industrial. O plano de expansão também compreende a continuação da ampliação do parque industrial no Estado, já financiado por dívida de longo-prazo junto a instituições bancárias. Em termos de expansão interestadual, já iniciamos prospecção de local para implantação de unidade fabril no Estado do Mato Grosso, onde pretendemos processar 3.000 toneladas por dia na região da BR 163, próximo aos municípios de Sinop e Sorriso que possuem localizações estratégicas. Visando replicar a estratégia de ecossistema já existente no Estado do Rio Grande do Sul, instalaremos no Estado do Mato Grosso lojas de originação de grãos e comercialização de insumos (sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas) para suprir as necessidades de processamento de nossa planta industrial.

Por fim, pretendemos ampliar o desenvolvimento de ferramentas digitais para o segmento de insumos, por meio do uso do aplicativo (app IOS e Android) desenvolvido para utilização dos nossos clientes.

#### (ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A administração da Companhia, ao longo dos anos, reinvestiu sua geração de caixa, e utilizou capital de terceiros em forma de dívida, para ampliar o número de lojas de varejo e parque industrial. A Companhia pretende utilizar os recursos da Oferta Pública de Ações para acelerar os planos de crescimento expostos no item 10.8(a)(i).

#### (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.



## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

**(c) Novos produtos e serviços**

**(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Conforme posto no item 10.8(a)(i), pretendemos ampliar o desenvolvimento de ferramentas digitais para o segmento de insumos, por meio do uso do aplicativo (app IOS e Android) desenvolvido para utilização dos nossos clientes.

**(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Conforme informado no item 10.8(a)(i), pretendemos ampliar o desenvolvimento de ferramentas digitais para o segmento de insumos, por meio do uso do aplicativo (app IOS e Android) desenvolvido para utilização dos nossos clientes. O montante gasto com investimentos para o desenvolvimento do aplicativo, totalizou R\$1.218 mil no exercício social encerrado em 2021 e R\$772 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Pretendemos continuar a evoluir no desenvolvimento do nosso aplicativo para venda online de grãos para o segmento de varejo, a qual permite que clientes produtores rurais que entregam sua produção em lojas da Companhia podem operacionalizar a transação por meio de aplicativo móvel, inclusive com emissão de Nota Fiscal Eletrônica por meio de Certificado Digital.

**(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não houve nenhum outro gasto no desenvolvimento de novos produtos ou serviços, além dos valores informados no item 10.8(c)(ii) acima.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 10.